IRB-Brasil Resseguros S/A
CNPJ 33.376.989/0001-91

IRB Brasil Resseguros S/A | CNPJ 33.376.989/0001-91

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração, as Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE relativas ao Primeiro Semestre de 2016 e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de resseguros, e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

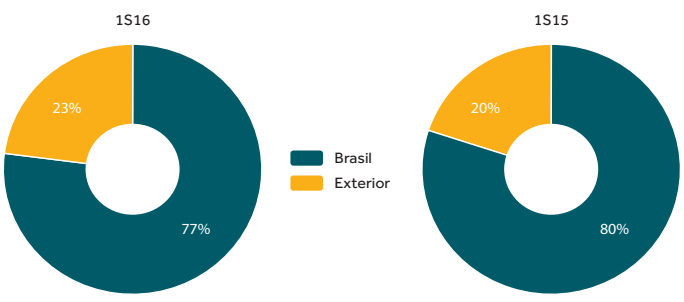
Principais Destaques do Período

- Total dos Prêmios Emitidos crescem **26%**, alcançando **R$ 2,5 bilhões**
- Resultado de *Underwriting* totaliza **R$ 285,3 milhões**; crescimento de **18%**
- Resultado financeiro **22%** maior, atingindo **R$ 531,9 milhões** com rentabilidade da carteira global de ativos próprios de **133%** do **CDI**
- Redução de **11%** nas Despesas Administrativas
- Lucro líquido avança **21%**, chegando a **R$ 414,3 milhões** com um **ROE** de **32%**

Receita com Prêmios

No primeiro semestre de 2016, o volume total de **prêmios emitidos** pelo IRB Brasil RE avançou 26% em relação ao mesmo período de 2015, totalizando R$ 2,5 bilhões. Desse montante, R$ 1,9 bilhão de prêmios emitidos no Brasil e R$ 595 milhões no exterior, que ampliou sua participação de 20% dos prêmios emitidos no primeiro semestre de 2015 para 23% no mesmo período de 2016. O aumento registrado no primeiro semestre de 2016 nos prêmios emitidos decorre das contribuições positivas dos ramos de Rural, Property e Vida no Brasil e no Exterior.

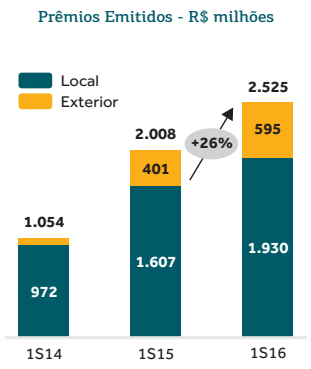
Breakdown dos Prêmios Emitidos - %



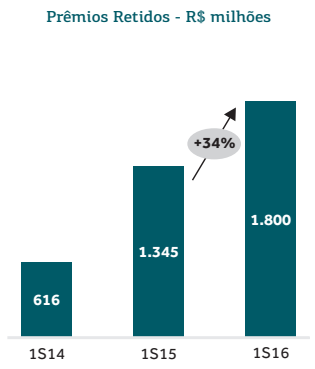
O total de **prêmios retidos** no primeiro semestre de 2016 foi de R$ 1,8 bilhão, um crescimento de 34% em relação ao mesmo período de 2015. Esse crescimento pode ser explicado pela maior retenção dos prêmios, cujo índice saiu de 67% no primeiro semestre de 2015 para 71% no primeiro semestre de 2016, um avanço de 4 pontos percentuais. Os **prêmios ganhos** também seguiram a tendência de crescimento e avançaram 37% sobre os seis meses de 2015, totalizando R$ 1,7 bilhão no primeiro semestre de 2016, influenciado pela melhor performance de emissão, associado a uma maior retenção dos prêmios no período.

O foco da Companhia na obtenção de novos negócios e manutenção da posição de liderança no mercado de resseguros do Brasil contribuíram para manutenção do crescimento no semestre.

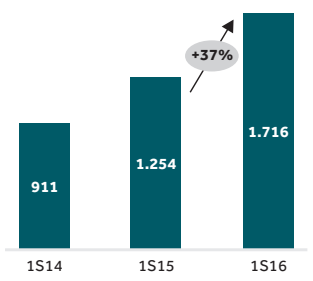
Prêmios Emitidos - R$ milhões



Prêmios Retidos - R$ milhões



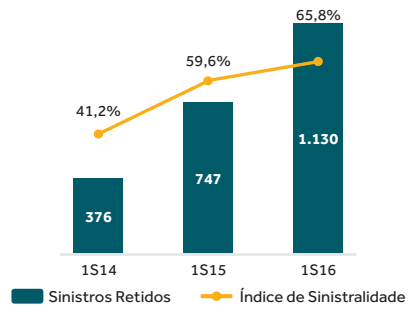
Prêmios Ganhos - R$ milhões



Sinistros Retidos

No acumulado dos seis meses de 2016 registramos um aumento de R$ 383 milhões nos sinistros retidos, que passaram de R$ 747 milhões no primeiro semestre de 2015 para R$ 1,1 bilhão no mesmo período de 2016. O índice de sinistralidade no primeiro semestre de 2016 apresentou um avanço de 6 pontos percentuais passando de 59,6% no primeiro semestre de 2015 para 65,8%. Esse aumento é reflexo dos sinistros registrados, principalmente, no segmento rural, que sazonalmente é impactado no primeiro semestre do ano, em função (i) da estiagem em algumas regiões do norte e centro-oeste prejudicando as plantações de milho, soja e café das regiões; e (ii) do efeito do aumento da média histórica de chuvas na região sul, causando danos às plantações.

Sinistros Retidos - R$ milhões | Índice de Sinistralidade - %

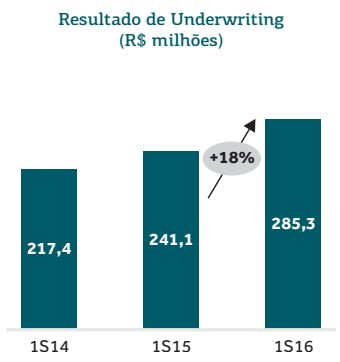


Resultado de Subscrição *(Underwriting)*

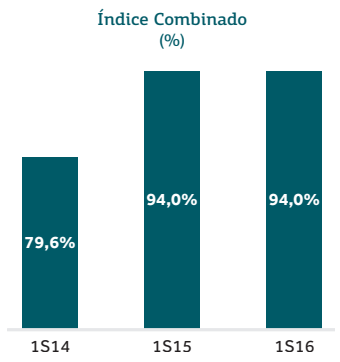
O resultado de subscrição totalizou R$ 285,3 milhões no primeiro semestre de 2016, um crescimento de 18% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No primeiro semestre de 2016, o índice combinado foi de 94,0% mantendo-se estável em relação ao mesmo período de 2015, em função, primordialmente, do aumento no volume de prêmios emitidos no período associado a uma redução no índice de despesas administrativas, compensando o aumento no índice de sinistralidade.

Resultado de Underwriting (R$ milhões)



Índice Combinado (%)

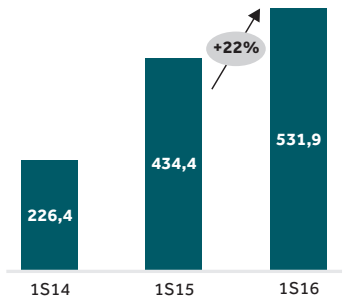


Resultado Financeiro

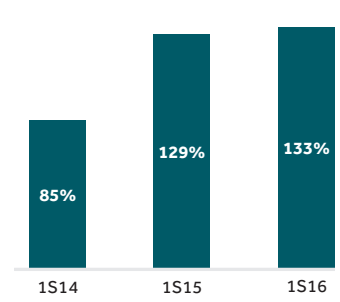
No primeiro semestre de 2016 o resultado financeiro totalizou R$ 531,9 milhões, um avanço de 22% sobre o mesmo período de 2015. A carteira de investimentos totalizava, aproximadamente, R$ 6,2 bilhões, com um retorno nominal de 9,33% no ano, gerando um desempenho equivalente a 133% do Benchmark (CDI).

Contribuíram para esse desempenho as seguintes ações: (i) posição em títulos públicos indexados à inflação (NTN-B) com ganhos de 157% do CDI; (ii) posição em títulos públicos pré-fixados (LTN´s) com ganhos de 170% do CDI; e (iii) posição em renda variável com ganhos nominais de 16% até junho de 2016.

Resultado Financeiro (R$ milhões)



Carteira de Investimentos (% do CDI)

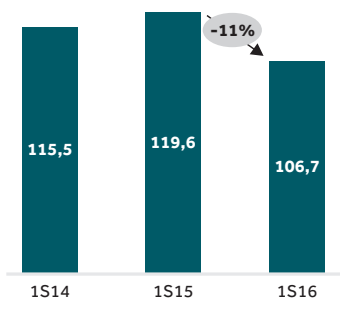


Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 145 do Anexo I da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

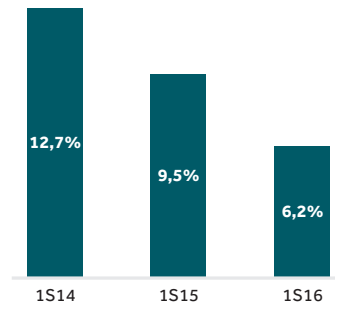
Despesas Administrativas

As despesas administrativas apresentaram uma redução nominal de 11%, passando de R$ 119,6 milhões no primeiro semestre de 2015 para R$ 106,7 milhões no primeiro semestre de 2016. Em termos reais, atualizado pelo IPCA, essa redução foi de 18%, explicada pela reestruturação na busca de maior eficiência, sem prejuízo na expansão do volume de prêmios emitidos para a Companhia. Consequentemente, a relação entre as despesas administrativas sobre prêmios ganhos apresentaram uma redução de 3 pontos percentuais, passando de 9,5% para 6,2% no encerramento do primeiro semestre de 2016.

Despesas Administrativas (R$ milhões)



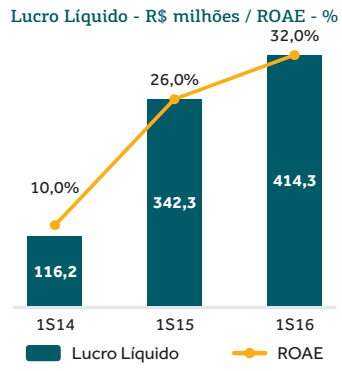
Índice de Despesas Administrativas (%)



Lucro Líquido

O lucro líquido no primeiro semestre de 2016 apresentou uma expansão de 21% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando R$ 414,3 milhões. O Retorno sobre o patrimônio líquido médio de 32% expandiu 6 pontos percentuais sobre o primeiro semestre de 2015 de 26%. Esse resultado foi alcançado por meio da combinação dos expressivos crescimentos no volume de prêmios emitidos, no resultado operacional e no resultado financeiro, aliados a uma gestão administrativa eficiente e focada na geração de valor.

Lucro Líquido - R$ milhões / ROAE - %



Juros sobre o Capital Próprio

No primeiro semestre de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de R$ 113,8 milhões sob a forma de juros sobre o capital próprio a seus acionistas.

Principais Reconhecimentos

No primeiro semestre deste ano, o IRB conquistou dois reconhecimentos: "Melhor Desempenho/ Melhor Resseguradora" (conglomerados com patrimônio líquido acima de R$ 500 milhões) e "Líder de Mercado" (resseguros), concedido na 13ª edição do Prêmio Segurador Brasil. As companhias são reconhecidas não somente pelas ações implantadas, mas pelos resultados obtidos pelas iniciativas ou pelo conjunto de atividades, contribuindo com o desenvolvimento do setor brasileiro de seguros.

Gestão de riscos

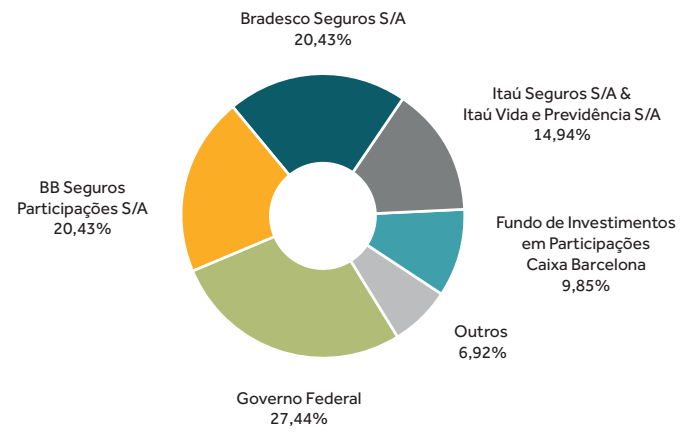
Em 2016 pelo quinto ano consecutivo, o IRB Brasil RE renovou seu rating A- pela agência de classificação de riscos A. M. Best, especializada no setor de seguros e resseguros, que vem atestando a solidez e robustez financeira do balanço do IRB, e disciplina na subscrição de riscos e na gestão financeira.

Relacionamento com *Shareholders* e *Stakeholders*

Governança Corporativa

O Conselho de Administração do IRB Brasil RE é composto por cinco membros. O histórico e o conhecimento de mercado dos nossos principais acionistas, com quem interagimos frequentemente, representam um importante suporte para a Administração. Ademais, o Conselho de Administração é assessorado por um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos, e por cinco Comitês independentes estatutários para auxiliar nossos administradores na melhor tomada de decisão para os acionistas minoritários.

Atualmente nossa Estrutura Acionária compreende os principais bancos brasileiros, bem como a participação do Governo Federal, conforme estrutura abaixo:



Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers (PWC), no sentido de assegurar-se de que a prestação de outros serviços por eles não venha a afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes considera que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância às normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e, por isso, não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade no desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Declaração da Diretoria

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM no. 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou a demonstração contábil intermediária relativa ao período findo em 30 de junho de 2016, e que concordou com as opiniões expressas no Relatório de Auditores Independentes.

Agradecimentos

Expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os funcionários, acionistas, clientes das sociedades seguradoras, pela indicação do IRB Brasil RE como ressegurador prioritário na sua proteção, aos parceiros e representantes do poder público pelo apoio e confiança em nossa missão de construir uma Companhia capaz de ser líder no Brasil, bem como na busca constante de geração de valor.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2016

A Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Conselheiros
Alexsandro Broedel Lopes
Flavio Eduardo Arakaki
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Samuel Monteiro dos Santos Junior

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Tarcísio José Massote de Godoy

Vice-Presidentes
Fernando Passos
José Carlos Cardoso
Lucia Maria da Silva Valle
Mario Di Croce

Balanços Patrimoniais em 30 de junho
Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
CIRCULANTE		**7.224.035**	**8.619.282**	**7.283.703**	**8.672.854**
DISPONÍVEL		169.388	13.952	185.186	18.277
Caixa e bancos	5	169.388	13.952	185.186	18.277
APLICAÇÕES	6	1.092.907	2.060.711	1.093.255	2.066.856
CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	7.1	2.173.846	2.188.472	2.174.371	2.188.489
Operações com seguradoras	7.2.1	1.707.021	1.819.174	1.707.021	1.819.174
Operações com resseguradoras	7.2.2	541.153	427.256	541.153	427.256
Outros créditos operacionais		25.050	90.658	25.575	90.675
(-) Provisão para riscos de créditos		(99.378)	(148.616)	(99.378)	(148.616)
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS		3.678.313	4.212.755	3.713.050	4.254.580
Prêmios - Retrocessão	8.2	680.919	716.063	680.919	716.063
Sinistros - Retrocessão	8.1	2.977.607	3.476.261	3.012.344	3.518.086
Outras Provisões	8.3	19.787	20.431	19.787	20.431
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		109.427	142.145	117.687	143.405
Títulos e créditos a receber	9	6.306	11.053	14.533	12.313
Créditos tributários e previdenciários	10.1	103.121	131.092	103.154	131.092
DESPESAS ANTECIPADAS		154	1.247	154	1.247
NÃO CIRCULANTE		**6.212.210**	**5.649.413**	**6.211.248**	**5.665.778**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.935.180	5.375.606	5.743.166	5.292.824
APLICAÇÕES	6	4.819.296	4.186.565	4.633.796	4.103.783
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		1.115.884	1.189.041	1.109.370	1.189.041
Títulos e créditos a receber	9	35.730	28.118	29.216	28.118
Créditos tributários e previdenciários	10.1	206.190	206.190	206.190	206.190
Ativo fiscal diferido	10.1	384.871	480.691	384.871	480.691
Depósitos judiciais e fiscais	21	489.093	474.042	489.093	474.042
INVESTIMENTOS		181.420	174.545	372.463	273.676
Participações societárias	2.2	175.021	–	–	–
Imóveis destinados à renda	11	6.317	174.431	372.381	273.562
Outros Investimentos		82	114	82	114
IMOBILIZADO	12	34.519	35.905	34.528	35.921
INTANGÍVEL	13	61.091	63.357	61.091	63.357
TOTAL DO ATIVO		**13.436.245**	**14.268.695**	**13.494.951**	**14.338.632**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
CIRCULANTE		**9.639.639**	**10.290.813**	**9.698.345**	**10.360.750**
CONTAS A PAGAR		184.465	158.815	207.693	183.649
Obrigações a pagar	14.1	108.487	79.637	108.976	81.272
Impostos e encargos sociais a recolher		17.681	22.113	19.599	22.113
Provisões trabalhistas	22	9.903	7.212	9.903	7.212
Provisões para benefícios pós-emprego	14.2 e 25	38.307	35.582	38.307	35.582
Impostos e contribuições a recolher	15	10.087	14.271	10.087	14.271
Provisão para desvalorização de investimentos	24.9	–	–	20.821	23.199
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	16.1	945.129	1.038.195	945.408	1.038.535
Operações com seguradoras	16.2.1	86.585	156.082	86.585	156.082
Operações com resseguradoras	16.2.2	687.853	676.759	688.115	677.078
Corretores de resseguros e retrocessões		53.614	52.500	53.631	52.521
Outros débitos operacionais		117.077	152.854	117.077	152.854
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	17	6.946	2.917	6.946	2.917
Cobrança antecipada de prêmios		6.946	2.917	6.946	2.917
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES		8.503.099	9.090.886	8.538.298	9.135.649
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO		8.503.099	9.090.886	8.538.298	9.135.649
Provisão de prêmios não ganhos	18.1	1.727.244	1.838.199	1.727.244	1.838.199
Riscos vigentes emitidos		1.551.019	1.663.975	1.551.019	1.663.975
Riscos vigentes não emitidos		176.225	174.224	176.225	174.224
Sinistros a liquidar	18.2	5.445.701	5.922.313	5.446.168	5.923.334
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	18.2	1.249.039	1.265.900	1.283.771	1.309.642
Outras provisões	18.4	81.115	64.474	81.115	64.474
NÃO CIRCULANTE		**750.361**	**803.287**	**750.361**	**803.287**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		750.361	803.287	750.361	803.287
CONTAS A PAGAR		698.316	682.314	698.316	682.314
Obrigações fiscais	21	371.250	353.107	371.250	353.107
Provisões para benefícios pós-emprego	14.2 e 25	326.756	328.897	326.756	328.897
Outras contas a pagar	14.1	310	310	310	310
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES		789	789	789	789
Outros débitos operacionais		789	789	789	789
OUTROS DÉBITOS	21	51.256	120.184	51.256	120.184
Contingências fiscais			66.053		66.053
Contingências trabalhistas		45.254	48.184	45.254	48.184
Outras provisões		6.002	5.947	6.002	5.947
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.046.245	3.174.595	3.046.245	3.174.595
Capital social	23.1	1.453.080	1.453.080	1.453.080	1.453.080
Reservas de lucros	23.3	1.232.314	1.814.876	1.232.314	1.814.876
Ajustes de avaliação patrimonial	23.4	(40.529)	(80.405)	(40.529)	(80.405)
Ações em Tesouraria	23.2	(12.956)	(12.956)	(12.956)	(12.956)
Lucros acumulados		414.336	–	414.336	–
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**13.436.245**	**14.268.695**	**13.494.951**	**14.338.632**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

IRB-Brasil Resseguros S/A

CNPJ 33.376.989/0001-91

Demonstrações dos resultados
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Prêmios emitidos líquidos		2.173.242	1.760.455	2.173.242	1.760.455
Variações das provisões técnicas		(91.044)	(65.212)	(91.044)	(65.212)
PRÊMIOS GANHOS	24.1	**2.082.198**	**1.695.243**	**2.082.198**	**1.695.243**
SINISTROS OCORRIDOS	24.2	**(1.331.453)**	**(919.425)**	**(1.331.453)**	**(919.425)**
Sinistros diretos		(1.312.352)	(686.719)	(1.312.352)	(686.719)
Salvados e ressarcimentos		57.635	21.219	57.635	21.219
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(76.736)	(253.925)	(76.736)	(253.925)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	24.3	**(57.560)**	**(49.963)**	**(57.560)**	**(49.963)**
Comissões		(57.560)	(49.963)	(57.560)	(49.963)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	24.5	**11.634**	**(31.057)**	**12.511**	**(29.718)**
RESULTADO COM RETROCESSÃO	24.4	**(363.693)**	**(441.095)**	**(363.693)**	**(441.095)**
Receitas com retrocessões		293.465	196.843	293.465	196.843
Despesas com retrocessões		(630.504)	(628.265)	(630.504)	(628.265)
Salvados e ressarcidos ao retrocessionário		(37.032)	(11.368)	(37.032)	(11.368)
Outras receitas e despesas operacionais		10.378	1.695	10.378	1.695
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	24.6	**(111.591)**	**(119.646)**	**(125.559)**	**(134.292)**
DESPESAS COM TRIBUTOS	24.7	**(78.588)**	**(46.756)**	**(78.914)**	**(46.756)**
RESULTADO FINANCEIRO	24.8	**434.321**	**423.755**	**435.220**	**424.443**
Receitas financeiras		814.425	905.402	814.528	905.406
Despesas financeiras		(380.104)	(481.647)	(379.308)	(480.963)
RESULTADO PATRIMONIAL	24.9	**21.695**	**(1.902)**	**23.131**	**(2.156)**
Receitas com imóveis de renda, líquidas		14.871	19.393	23.789	19.393
Ajustes de investimentos em controladas		6.766	291	-	-
Outras receitas patrimoniais, líquidas		58	(21.586)	(658)	(21.549)
RESULTADO OPERACIONAL		**606.963**	**509.154**	**595.881**	**496.281**
GANHOS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		**12**	**16**	**12**	**16**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**606.975**	**509.170**	**595.893**	**496.297**
Imposto de renda	24.10	(84.242)	(95.735)	(84.874)	(95.782)
Contribuição social	24.10	(96.447)	(58.154)	(96.683)	(58.154)
Participações nos lucros		(11.950)	(12.920)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		**414.336**	**342.361**	**414.336**	**342.361**
Quantidade de Ações		**310.698.900**	**310.698.900**	**310.698.900**	**310.698.900**
Lucro básico e diluído por ação		1,33	1,10	1,33	1,10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora e Consolidado 2016	Controladora e Consolidado 2015
Lucro líquido do semestre		**414.336**	**342.361**
Outros resultados abrangentes			
Itens a serem posteriormente registradas em resultado			
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	23.4	(237)	3.073
Ativos financeiros disponíveis para venda	23.4		
Ganho (perda) líquida originado de avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no semestre		93.726	(19.791)
Ganhos e perdas não realizadas com títulos e valores mobiliários – Controladas		131	15
Imposto de renda e contribuição social		**(42.177)**	**7.916**
		51.443	**(8.787)**
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Benefícios pós-emprego	23.4		
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego		(20.458)	37.144
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego – Controladas		479	(196)
Imposto de renda e contribuição social		**8.412**	**(14.857)**
		(11.567)	**22.091**
Total de outros resultados abrangentes		**39.876**	**13.304**
Total do resultado abrangente do semestre		454.212	355.665

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - (Método Direto)
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Atividades operacionais				
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	2.282.920	1.457.966	2.282.920	1.457.966
Recuperações de sinistros e comissões	267.856	383.218	267.856	384.441
Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros)	100.906	43.805	100.906	45.367
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(1.440.268)	(966.546)	(1.440.268)	(967.384)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(639.393)	(488.894)	(639.393)	(488.894)
Pagamentos de despesas e obrigações	(150.670)	(142.607)	(157.650)	(145.125)
Outros pagamentos operacionais	(123.251)	(75.482)	(123.251)	(75.482)
Recebimento de aluguéis e venda imóveis	12.520	20.498	21.284	20.498
Recebimentos de juros e dividendos	4.986	949	5.243	1.185
Constituição (reversão) de depósitos judiciais	(199)	(24.182)	(199)	(24.182)
Caixa gerado pelas operações	315.407	208.725	317.448	208.390
Impostos e contribuições pagos	(207.707)	(186.519)	(207.956)	(186.519)
Investimentos financeiros				
Aplicações de investimentos ao valor justo por meio do resultado	(2.426.065)	(1.579.562)	(2.434.315)	(1.579.562)
Vendas e resgates de investimentos ao valor justo por meio do resultado	2.473.543	1.930.308	2.485.989	1.930.308
Investimentos financeiros líquidos	47.478	350.746	51.674	350.746
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**155.178**	**372.952**	**161.166**	**372.617**
Atividades de investimento				
Aplicações de investimentos disponíveis para venda	(3.233.624)	(1.516.528)	(3.134.335)	(1.518.843)
Vendas e Resgates de investimentos disponíveis para venda	3.762.896	1.123.583	3.768.825	1.125.697
Aplicações de investimentos mantidos até o vencimento	–	(1.633.966)	–	(1.633.966)
Resgates de investimentos mantidos até o vencimento	9.120	1.978.958	9.120	1.978.958
Pagamento pela compra de:				
Imobilizado	(2.664)	(6.585)	(2.677)	(6.585)
Investimento	–	–	(99.720)	
Intangível	(7.600)	(6.312)	(7.600)	(6.312)
Recebimento pela venda de:				
Investimentos	600		600	
Imobilizado	103	48	103	48
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	**528.831**	**(60.802)**	**534.316**	**(61.003)**
Atividades de Financiamento				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(508.333)	(320.534)	(508.333)	(320.534)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(508.333)**	**(320.534)**	**(508.333)**	**(320.534)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	175.676	(8.384)	187.149	(8.920)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(20.240)	6.631	(20.240)	7.275
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa após a variação cambial	155.436	(1.753)	166.909	(1.645)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	**13.952**	**9.511**	**18.277**	**13.288**
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	**169.388**	**7.758**	**185.186**	**11.643**
Conciliação entre o lucro líquido do semestre e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre	**414.336**	**342.361**	**414.336**	**342.361**
Ajustes ao lucro líquido				
Depreciações e amortizações	14.734	12.866	15.549	12.875
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	(202)	21.735	(202)	21.735
Constituição (reversão) de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(31.718)	24.741	(31.718)	24.741
Constituição (reversão) variação cambial de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(17.520)	–	(17.520)	–
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(703)	(16)	(703)	(16)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.766)	(291)	–	–
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	20.240	6.631	20.240	7.275
Outros ajustes	469	575	469	(889)
Variação nas contas patrimoniais				
Aplicações financeiras	(160.907)	(171.164)	(163.377)	(171.164)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(120.795)	(511.618)	(130.201)	(512.130)
Ativos de retrocessão	534.442	(199.055)	493.350	(199.333)
Créditos fiscais e previdenciários	(31.790)	(171.359)	(31.790)	(171.359)
Despesas antecipadas	1.093	(2.498)	1.093	(2.499)
Outros ativos	(2.917)	539	(4.634)	(1.454)
Depósitos judiciais e fiscais	(15.051)	(38.663)	(8.537)	(38.663)
Fornecedores	16.876	(49.670)	17.335	(49.129)
Impostos e contribuições	147.203	192.206	147.203	192.206
Débitos de operações com seguros e resseguros	28.151	237.110	36.445	237.380
Depósitos de terceiros	4.029	(3.105)	4.029	(3.105)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(587.786)	628.390	(545.368)	630.548
Outros passivos	545	1.923	(4.048)	1.923
Provisões judiciais	(50.785)	51.314	(50.785)	51.314
Caixa líquido gerado pelas operações	**155.178**	**372.952**	**161.166**	**372.617**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto juros sobre o capital próprio e dividendos por ação ordinária

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Reinvestimento	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
Saldos em 1º de janeiro de 2015		**1.453.080**	**283.670**	**973.193**	**(12.956)**	**(28.788)**	**–**	**285.733**	**2.953.932**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	23.4	–	–	–	–	(11.860)	–	–	(11.860)
Ajustes acumulados de conversão	23.4	–	–	–	–	3.073	–	–	3.073
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	25	–	–	–	–	22.091	–	–	22.091
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	342.361	–	342.361
Total do resultado abrangente do semestre		–	–	–	–	13.304	342.361	–	355.665
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		–	–	–	–	–	–	–	
Proposta para distribuição do resultado		–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendo adicional pago do exercício de 2015		–	–	–	–	–	–	(285.733)	(285.733)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(285.733)**	**(285.733)**
Saldos em 30 de junho de 2015		**1.453.080**	**283.670**	**973.193**	**(12.956)**	**(15.484)**	**342.361**	**–**	**3.023.864**
Saldos em 1º de janeiro de 2016		**1.453.080**	**290.617**	**1.070.197**	**(12.956)**	**(80.405)**	**–**	**454.062**	**3.174.595**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	23.4	–	–	–	–	51.680	–	–	51.680
Ajustes acumulados de conversão	23.4	–	–	–	–	(237)	–	–	(237)
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	25	–	–	–	–	(11.567)	–	–	(11.567)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	414.336	–	414.336
Total do resultado abrangente do semestre		–	–	–	–	39.876	414.336	–	454.212
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		–	–	–	–	–	–	–	
Proposta para distribuição do resultado		–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendo adicional pago do exercício de 2015		–	–	(14.700)	–	–	–	(454.062)	(468.762)
Distribuição de juros sobre capital próprio	23.3	–	–	(113.800)	–	–	–	–	(113.800)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		**–**	**–**	**(128.500)**	**–**	**–**	**–**	**(454.062)**	**(582.562)**
Saldos em 30 de dezembro de 2016		**1.453.080**	**290.617**	**941.697**	**(12.956)**	**(40.529)**	**414.336**	**–**	**3.046.245**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos valores adicionados Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Receitas				
Receita com operação de seguros	2.173.242	1.760.455	2.173.242	1.760.455
Outras	(61.944)	(6.316)	(52.114)	(4.977)
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	31.718	(24.741)	31.718	(24.741)
Variação das provisões técnicas	(91.044)	(65.212)	(91.044)	(65.212)
Receita líquida operacional	**2.051.972**	**1.664.186**	**2.061.802**	**1.665.525**
Benefícios e Sinistros				
Sinistros	(1.312.352)	(686.719)	(1.312.352)	(686.719)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(76.736)	(253.925)	(76.736)	(253.925)
Outras	57.635	21.219	57.635	21.219
	(1.331.453)	**(919.425)**	**(1.331.453)**	**(919.425)**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	(21.084)	(4.107)	(22.125)	(4.258)
Serviços de terceiros, comissões liquidas	(23.882)	(72.707)	(23.882)	(72.742)
	(44.966)	**(76.814)**	**(46.007)**	**(77.000)**
Valor adicionado bruto	**675.553**	**667.947**	**684.342**	**669.100**
Depreciação, amortização e exaustão	**(14.734)**	**(12.866)**	**(15.549)**	**(12.875)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**660.819**	**655.081**	**668.793**	**656.225**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado Financeiro	434.321	423.755	434.386	424.443
Resultado com operações de resseguros cedidos	(363.693)	(441.095)	(363.693)	(441.095)
Outras	6.973	(7.538)	125	(8.748)
	77.601	**(24.878)**	**70.818**	**(25.400)**
Valor adicionado total a distribuir	**738.420**	**630.203**	**739.611**	**630.825**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	64.807	87.197	64.807	87.772
Impostos, taxas e contribuições	259.277	200.645	260.468	200.692
Juros sobre capital próprio	113.800	79.000	113.800	79.000
Lucros retidos do período	300.536	263.361	300.536	263.361
	738.420	**630.203**	**739.611**	**630.825**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima privada de capital fechado, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires, Londres e Nova Iorque. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior.

Ao final de 2015, com base em informações do IRB Brasil RE e da SUSEP, o IRB-Brasil Resseguros S.A manteve-se na posição de líder do mercado brasileiro de resseguros, com "*Market share*" de aproximadamente 35,7% (acumulado até abril de 2016), focando sua atuação na geração de valor para os clientes por meio de soluções eficazes de resseguros, na busca de resultados sólidos e perspectivas de crescimento sustentável.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 30 de junho de 2016 foram autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 21 de julho de 2016.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, conforme Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos semestres apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As praticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidadades supervisionadas pela SUSEP não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis.

O IRB Brasil Resseguros S.A. mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de descontinuidade ("*run-off*"). Em 11 de dezembro de 2014, em sua 209ª Reunião Ordinária, o conselho de administração aprovou a avaliação das operações dessa sucursal a valor de mercado para posterior apreciação de propostas para sua eventual alienação. A referida avaliação não gerou perdas nas demonstrações contábeis do IRB Brasil RE. Uma vez que a operação de Londres não representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações da Companhia, conforme requerido pelo CPC 31, os saldos da referida sucursal não foram apresentados como operação descontinuada.

A Companhia também possui outra sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia possui uma controlada localizada nos Estados Unidos da América que se encontra em processo de *"run-off"* e uma empresa que concentra os investimentos imobiliários da resseguradora. As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

	IRB International Corporation & Subsidiaries	IRB Investimentos e Participações Imobiliárias
Percentual de participação no capital social	100%	100%
Quantidade de ações possuídas	5.000.000	168.052.260
Ativo	56.768	182.525
Passivo circulante e não circulante	35.947	7.504
Patrimônio líquido no fim do exercício	20.821	175.021
Lucro/Prejuízo do período	(202)	6.968

A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

- BB Ações 22 Fundo de Investimento.
- BB Peabiru Fundo de Investimento Renda Fixa.
- Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX-50.
- Itaú FI IRB BRASIL RE Renda Fixa
- Fundo de Investimento Caixa IRB Brasil RE Renda Fixa
- Bradesco FIRF IRB Caixa
- BB IRB BRASIL RE FI RF LP Crédito Privado
- FI Itaú Renda Fixa IRB BRASIL RE Crédito Privado
- FI Caixa IRB BRASIL RE RF Crédito Privado LP
- Bradesco FI IRB BRASIL RE Crédito Privado LP
- Fundo de Investimento Imobiliário FII

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar suas controladas International Corporation & Subsidiaries, os fundos exclusivos indicados acima e as empresas de Investimentos e Participações Imobiliárias.

2.3. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Resseguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada semestre, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do semestre. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do semestre. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o semestre; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da entidade consolidada, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

continua

IRB-Brasil Resseguros S/A

CNPJ 33.376.989/0001-91

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.
Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).
Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em " Receitas e despesas financeiras " no período em que ocorrem.
As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.
Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".
Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.
Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4. *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.
Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.
Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.6. Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.
Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

2.7. Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8. Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004 com base em laudos de peritos independentes. De acordo com o CPC 01 (R1), não foram efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.
Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.
Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a) - %	Anos
Edificações	4	25
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	20	5
Veículos	20	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

2.9. Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém 100% do controle da empresa IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., que possui certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06 (R1). A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28) para avaliação destes ativos.
Os ativos imobiliários de investimento de sua subsidiária são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

2.10. *Impairment* de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.11. Provisões

(a) Provisões técnicas

- A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos no período, de riscos não decorridos dos contratos. Tem por objetivo cobrir as despesas futuras, dentre elas, os sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE. É apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurado a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial.
- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.
- A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data-base de cálculo.
- A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.
- A provisão para excedentes técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos.
- Provisão de despesas relacionadas (PDR), referente às despesas próprias com a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

(b) Teste de adequação de passivos (*Liability adequacy test* - LAT)

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11.
Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).
Os fluxos de caixa foram agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros passados e futuros.
Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utilizou-se o desconto financeiro obtido através do modelo de *Svensson* para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixada e cupom cambial.
O Modelo de Svensson é utilizado frequentemente no mercado econômico para estimação de curvas de juros. Este modelo representa uma extrapolação do modelo de Nelson e Siegel com a adição de um novo componente exponencial à curva de taxas a termo, considerando dois parâmetros adicionais.
Não foi utilizada a prerrogativa de dedução da diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, vinculados em garantia das provisões técnicas.
O teste realizado para a data base de 30 de junho de 2016 não apresentou insuficiências.
O IRB Brasil RE acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza cível operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas.
As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "Outros Débitos", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível estão contabilizadas na rubrica "Sinistros a Liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada.
Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa Selic. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.
A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do semestre.
O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.
Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.13. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente ao final de cada período. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.
A obrigação com benefícios de aposentadoria quando reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

(b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia disponibiliza um plano de saúde contributário para empregados admitidos até 1º de outubro de 2013, com cobertura ambulatorial e hospitalar, além de cobertura odontológica. O Plano prevê a manutenção vitalícia, ou temporária, na forma do que estabelece a legislação aplicável. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que a usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais, são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo CPC 33. Essas obrigações são avaliadas, por atuários independentes qualificados.

2.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.
Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.
Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

2.15. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Obrigações a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis consolidadas, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, é registrada na rubrica "Proposta de distribuição de dividendos adicionais", no patrimônio líquido.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos.
A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.
No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.
No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido será considerado da seguinte forma:
- Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.
- Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).
A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.17. Despesa com sinistros e comissões

As despesas com sinistros são contabilizadas pelo regime de competência e são determinadas com base em conceitos e premissas definidas em nota técnica atuarial, conforme descrito na Nota 2.11(a).
As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do período, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

2.18. Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo CPC. São apresentados considerando a possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

2.19. Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016
IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 15. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia está avaliando os impactos de sua adoção.
Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.
À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.
Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrito nos itens: (a) as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descrito no item (b) as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros descritos no item (c) as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descrito no item (d) as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (e) abaixo.
Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos exercício futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente a essa estimativa critica está demonstrada na Nota 4.3.3 e as premissas utilizadas estão indicadas abaixo:
No que diz respeito ao Teste de Adequação de Passivos, as premissas consideradas críticas neste estudo são a estrutura a termo da taxa de juros utilizada para descontar as estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente e as estimativas de sinistralidade utilizadas para os fluxos de sinistros a ocorrer.
A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.
A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota 4.9, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. A Nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na Nota 25, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

4. Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos no IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a implementação de uma estratégia de otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas. Com o objetivo de reforçar a relevância conferida ao tema dentro do contexto organizacional, no primeiro trimestre de 2014 foi estabelecida a Vice-Presidência de Riscos e Compliance (à qual estão subordinadas a Gerência de Riscos Corporativos e a Gerência de Compliance), primeiro responsável pela supervisão do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. Contudo, mantém-se o comprometimento da Diretoria Colegiada, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos no suporte e fomento da gestão de riscos no âmbito da Companhia.
Após 4ª revisão, ocorrida em dezembro de 2015, foi confirmada a classificação A- (excelente), com viés estável, pela agência de rating A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, a qual reflete, na opinião dessa agência, a capitalização fortemente adequada aos riscos da Companhia.

4.1. Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Operacionais, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, que por sua vez são compostas por diversas subcategorias. A Companh

IRB-Brasil Resseguros S/A

CNPJ 33.376.989/0001-91

4.3.2. Desenvolvimento de Sinistros

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos sinistros da Companhia, por ano de subscrição.

Sinistros Brutos de Retrocessão

• Bruto de retrocessão

	30 de junho de 2016							
	Controladora							
Ano de subscrição	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Total**
Sinistros incorridos no ano	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	110.273	
Um ano depois	845.278	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605	1.463.700		
Dois anos depois	750.949	765.358	1.813.805	2.039.277	1.610.865			
Três anos depois	682.091	1.028.917	2.005.247	2.028.367				
Quatro anos depois.	838.675	972.769	2.015.014					
Cinco anos depois	815.800	1.032.235						
Seis anos depois	818.401							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	**818.401**	**1.032.235**	**2.015.014**	**2.028.367**	**1.610.865**	**1.463.700**	**110.273**	**9.078.855**
Pagamentos acumulados até a data base	(728.691)	(772.413)	(1.630.529)	(1.639.258)	(1.057.941)	(400.799)	(22.084)	(6.251.715)
Passivo reconhecido no balanço	**89.710**	**259.822**	**384.485**	**389.109**	**552.924**	**1.062.901**	**88.189**	**2.827.140**
Passivo em relação a anos anteriores a 2010								2.283.074
IBNER								335.487
Total do passivo incluso no balanço								5.445.701

	31 de dezembro de 2015							
	Controladora							
Ano de subscrição	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**Total**
Sinistros incorridos no ano	738.882	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	
Um ano depois	1.241.026	845.278	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605		
Dois anos depois	1.374.800	750.949	765.358	1.813.805	2.039.277			
Três anos depois	1.433.714	682.091	1.028.917	2.005.247				
Quatro anos depois	1.391.459	838.675	972.769					
Cinco anos depois	1.396.592	815.800						
Seis anos depois	1.398.616							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	**1.398.616**	**815.800**	**972.769**	**2.005.247**	**2.039.277**	**1.331.605**	**656.095**	**9.219.408**
Pagamentos acumulados até a data base	(1.300.853)	(717.082)	(736.838)	(1.569.578)	(1.390.356)	(665.001)	(103.756)	(6.483.464)
Passivo reconhecido no balanço	**97.763**	**98.718**	**235.931**	**435.669**	**648.921**	**666.604**	**552.339**	**2.735.945**
Passivo em relação a anos anteriores a 2009								2.830.867
IBNER								355.501
Total do passivo incluso no balanço								5.922.313

	30 de junho de 2016							
	Consolidado							
Ano de subscrição	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Total**
Sinistros incorridos no ano	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	325.364	101.364	
Um ano depois	648.986	283.846	588.287	802.663	981.979	856.596		
Dois anos depois	550.314	346.747	916.994	1.133.787	1.146.029			
Três anos depois	471.303	589.538	1.016.375	1.189.829				
Quatro anos depois.	579.850	574.959	1.025.595					
Cinco anos depois	559.104	581.122						
Seis anos depois	561.486							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	**561.486**	**581.122**	**1.025.595**	**1.189.829**	**1.146.029**	**856.596**	**101.364**	**5.462.021**
Pagamentos acumulados até a data base	(513.399)	(444.819)	(831.495)	(1.008.627)	(811.732)	(301.646)	(20.886)	(3.932.604)
Passivo reconhecido no balanço	**48.087**	**136.303**	**194.100**	**181.202**	**334.297**	**554.950**	**80.478**	**1.529.417**
Passivo em relação a anos anteriores a 2010								1.261.249
IBNER								224.701
Total do passivo incluso no balanço								3.015.367

	31 de dezembro de 2015							
	Consolidado							
Ano de subscrição	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**Total**
Sinistros incorridos no ano	738.882	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	
Um ano depois	1.241.026	845.278	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605		
Dois anos depois	1.374.800	750.949	765.358	1.813.805	2.039.277			
Três anos depois	1.433.714	682.091	1.028.917	2.005.247				
Quatro anos depois	1.391.459	838.675	972.769					
Cinco anos depois	1.396.592	815.800						
Seis anos depois	1.398.616							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	**1.398.616**	**815.800**	**972.769**	**2.005.247**	**2.039.277**	**1.331.605**	**656.095**	**9.219.408**
Pagamentos acumulados até a data base	(1.300.853)	(717.082)	(736.838)	(1.569.578)	(1.390.356)	(665.001)	(103.756)	(6.483.464)
Passivo reconhecido no balanço	**97.763**	**98.718**	**235.931**	**435.669**	**648.921**	**666.604**	**552.339**	**2.735.945**
Passivo em relação a anos anteriores a 2009								2.831.888
IBNER								355.501
Total do passivo incluso no balanço								5.923.334

• Líquido de retrocessão

	30 de junho de 2016							
	Controladora							
Ano de subscrição	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Total**
Sinistros incorridos no ano	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	325.364	101.364	
Um ano depois	648.986	283.846	588.287	802.663	981.979	856.596		
Dois anos depois	550.314	346.747	916.994	1.133.787	1.146.029			
Três anos depois	471.303	589.538	1.016.375	1.189.829				
Quatro anos depois.	579.850	574.959	1.025.595					
Cinco anos depois	559.104	581.122						
Seis anos depois	561.486							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	**561.486**	**581.122**	**1.025.595**	**1.189.829**	**1.146.029**	**856.596**	**101.364**	**5.462.021**
Pagamentos acumulados até a data base	(513.399)	(444.819)	(831.495)	(1.008.627)	(811.732)	(301.646)	(20.886)	(3.932.604)
Passivo reconhecido no balanço	**48.087**	**136.303**	**194.100**	**181.202**	**334.297**	**554.950**	**80.478**	**1.529.417**
Passivo em relação a anos anteriores a 2010								1.260.790
IBNER								224.701
Total do passivo incluso no balanço								3.014.908

	31 de dezembro de 2015							
	Controladora							
Ano de subscrição	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**Total**
Sinistros incorridos no ano	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	325.364	
Um ano depois	835.580	648.986	283.846	588.287	802.663	981.979		
Dois anos depois	1.051.953	550.314	346.747	916.994	1.133.787			
Três anos depois	1.052.361	471.303	589.538	1.016.375				
Quatro anos depois	1.011.430	579.850	574.959					
Cinco anos depois	1.056.507	559.104						
Seis anos depois	1.057.876							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	**1.057.876**	**559.104**	**574.959**	**1.016.375**	**1.133.787**	**981.979**	**325.364**	**5.649.444**
Pagamentos acumulados até a data base	(972.799)	(511.132)	(443.267)	(795.880)	(886.031)	(528.145)	(76.636)	(4.213.890)
Passivo reconhecido no balanço	**85.077**	**47.972**	**131.692**	**220.495**	**247.756**	**453.834**	**248.728**	**1.435.554**
Passivo em relação a anos anteriores a 2009								1.311.122
IBNER								230.399
Total do passivo incluso no balanço								2.977.075

	30 de junho de 2016							
	Consolidado							
Ano de subscrição	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Total**
Sinistros incorridos no ano	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	325.364	101.364	
Um ano depois	648.986	283.846	588.287	802.663	981.979	856.596		
Dois anos depois	550.314	346.747	916.994	1.133.787	1.146.029			
Três anos depois	471.303	589.538	1.016.375	1.189.829				
Quatro anos depois.	579.850	574.959	1.025.595					
Cinco anos depois	559.104	581.122						
Seis anos depois	561.486							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	**561.486**	**581.122**	**1.025.595**	**1.189.829**	**1.146.029**	**856.596**	**101.364**	**5.462.021**
Pagamentos acumulados até a data base	(513.399)	(444.819)	(831.495)	(1.008.627)	(811.732)	(301.646)	(20.886)	
Passivo reconhecido no balanço	**48.087**	**136.303**	**194.100**	**181.202**	**334.297**	**554.950**	**80.478**	**1.529.417**
Passivo em relação a anos anteriores a 2010								1.261.249
IBNER								224.701
Total do passivo incluso no balanço								3.015.367

	31 de dezembro de 2015							
	Consolidado							
Ano de subscrição	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**Total**
Sinistros incorridos no ano	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	325.364	
Um ano depois	835.580	648.986	283.846	588.287	802.663	981.979		
Dois anos depois	1.051.953	550.314	346.747	916.994	1.133.787			
Três anos depois	1.052.361	471.303	589.538	1.016.375				
Quatro anos depois	1.011.430	579.850	574.959					
Cinco anos depois	1.056.507	559.104						
Seis anos depois	1.057.876							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	**1.057.876**	**559.104**	**574.959**	**1.016.375**	**1.133.787**	**981.979**	**325.364**	**5.649.444**
Pagamentos acumulados até a data base	(972.799)	(511.132)	(443.267)	(795.880)	(886.031)	(528.145)	(76.636)	(4.213.890)
Passivo reconhecido no balanço	**85.077**	**47.972**	**131.692**	**220.495**	**247.756**	**453.834**	**248.728**	**1.435.554**
Passivo em relação a anos anteriores a 2009								1.270.318
IBNER								230.399
Total do passivo incluso no balanço								2.936.271

4.3.3 Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta possíveis impactos no resultado e no patrimônio líquido em 30 de junho de 2016, considerando um aumento de 10% (dez por cento) na sinistralidade.

Efeitos brutos	**Impacto**
Resultado e patrimônio líquido	(133.145)
Resultado líquido (%)	(32,13)
Patrimônio líquido (%)	(4,37)

Efeitos líquidos de retrocessão	**Impacto**
Resultado e patrimônio líquido	(103.799)
Resultado líquido (%)	(25,05)
Patrimônio líquido (%)	(3,41)

Devido à natureza das operações aceitas pelo IRB Brasil RE, não há exposição material a índice de conversibilidade, mortalidade ou sobrevivência. Outros estudos internos indicaram que parte dos passivos não-operacionais, ligados a benefícios pós-emprego, estão indexados à inflação, e cobertos por aplicações em títulos de mesma indexação (NTN-B), não havendo exposição significativa a esse fator de risco.

4.4 Risco de mercado

Pode ser definido como o risco oriundo das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, o que pode causar a redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado da carteira de investimentos do IRB são as taxas de juros, as taxas de câmbio e a liquidez dos ativos. A gestão do risco dessas variáveis envolve diferentes unidades organizacionais e contempla uma série de diretrizes e estratégias consideradas adequadas pela administração, estabelecidas em sua governança. Para esse fim são utilizadas as seguintes técnicas: VaR (Value at Risk) e construção de cenários de estresse, com o objetivo de gestão preventiva de perdas.

4.4.1 Análise de *Value at Risk*

A mensuração do risco de mercado através do VaR estima a perda máxima esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e para um intervalo de confiança especificado. Esta medida considera o efeito da diversificação dos riscos na carteira total.

Segundo o método histórico, com nível de significância de 5%, janela de observação de 252 dias úteis e retornos diários, o VaR diário da carteira de ativos da Resseguradora estimado para 30 de junho de 2016 foi de aproximadamente R$ 21.000, o que representa uma perda máxima estimada de 0,34% do total da carteira de ativos.

4.4.2 Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente ao dólar americano, havendo, contudo, exposição em menor grau a outras moedas estrangeiras, como a libra esterlina, o euro e o peso argentino.

Para a análise de sensibilidade a variações na taxa de câmbio R$/US$ foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2016, uma deterioração de 25% (Cenário I) e uma deterioração de 50% (Cenário II) em relação à taxa do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 30 de junho de 2016, quando a taxa de câmbio R$/US$ estimada para o final de 2016 era de 3,47. A tabela a seguir detalha a sensibilidade do total de ativos e passivos à variação da taxa de câmbio:

	30 de junho de 2016	Cenários para 31 de dezembro de 2016		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	**Base**	**Provável**	**Cenário I**	**Cenário II**
Total de ativos em moeda estrangeira	4.158.681	337.120	1.461.071	2.585.021
Total de passivos	(4.176.900)	(338.597)	(1.467.472)	(2.596.346)
Exposição líquida	(18.219)	(1.477)	(6.401)	(11.325)
Impacto (%) no patrimônio líquido		(0,0)	(0,2)	(0,4)
Impacto (%) no resultado		(0,4)	(1,5)	(2,7)

4.4.3 Análise de sensibilidade à taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros uma vez que possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade a variações na taxa de juros foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2016, uma deterioração de 25% (Cenário I) e uma deterioração de 50% (Cenário II) em relação à curva do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 30 de junho de 2016, quando a taxa estimada para o final de 2016 era de 13,26% . A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos financeiros à variação da taxa de juros:

	30 de junho de 2016	Cenários para 31 de dezembro de 2016		
Grupo	**Base**	**Provável**	**Cenário I**	**Cenário II**
Impacto (%)	–	0,2	(0,6)	(1,4)
Impacto (R$ mil)	–	14.392	(36.531)	(80.803)
Carteira Total (*)	5.912.203	5.926.594	5.875.672	5.831.399

(*) Saldo da Carteira total não inclui saldo das contas correntes.

Análise consolidada por Stress Tests Econômicos

A administração aplicou aos ativos uma seleção dos principais Stress Test Econômicos mundiais* usando o método Predictive, ou seja, contemplando as correlações existentes entre os diversos fatores de risco. Após análise, conclui-se que o cenário econômico mais adverso para a carteira de investimentos é o Fall 2008, correspondente à falência da Lehman Brothers seguida por dois cortes consecutivos da taxa de juros pela FED e pela estatização da Fannie Mae e da Freddie Mac afim de estabilizar o mercado hipotecário americano, gerando uma perda de 2,37% na carteira.

* Os Stress Test Econômicos mundiais analisados são: Asian Crisis (1997), Black Monday (1987), Fall 2008 (2008), Gulf War (1990), Mexican Crisis (1995), Rate Rise 94 (1994), Russian Devaluation (1998), Sept 11th (2011),Tech Wreck (2000), WaMu collapse (2008).

Contratos Futuros de Moedas

Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo em moeda estrangeira. Na data base 30 de junho de 2016, a Companhia não possuía contrato a termo de moeda ou outro instrumento de proteção cambial.

4.5. Risco de crédito

O IRB Brasil RE entende que a principal origem do seu risco de crédito são as operações de retrocessão. A fim de mitigar este risco, a Companhia adotou a política de ter operações de retrocessão com sociedades que tenham, pelo menos, metade da classificação dos ratings que elas possuem, igual ou superior a A- (S&P, Fitch e AM Best) ou A3 (Moody's), e avalia seus retrocessionários através de uma classificação própria. A exposição da Resseguradora é mitigada pela adoção de limites de retrocessão para as contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de Security. A qualidade dos atuais parceiros de retrocessão dos contratos de proteção do IRB Brasil RE pode ser verificada no quadro abaixo:

	% de resseguradores participantes dos contratos de proteção em vigor			
Faixa de Rating (*)	**Local**	**Admitido**	**Eventual**	**Total**
AA ou equivalente		28,35	9,99	38,34
A ou equivalente	0,72	24,40	36,11	61,23
Sem rating	0,32	0,10	0,01	0,43
	1,04	52,85	46,11	100

* Os ratings são medidos pelas agências: S&P - Standard & Poor's, Moody's, A.M. Best e Fitch

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto rating de crédito avaliado por agências internacionais. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de crédito: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

Exposição ao risco de crédito

A Companhia está exposta à concentração de risco com resseguros devido à natureza do mercado de resseguro. Abaixo seguem as classificações de risco por idade dos saldos.

	Controladora							
	30 de junho de 2016							
	Ativos vencidos e não "impaired"							
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**Ativos não vencidos e não "impaired"**	**0 a 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 120 dias**	**121 a 180 dias**	**Acima de 180 dias**	**Valor Contábil**	**Saldo contábil 31 de dezembro 2015**
Caixa e equivalente de caixa	169.388						169.388	13.952
Ao valor justo por meio do resultado								
Privados	61.307						61.307	43.592
Públicos	235.125						235.125	277.396
Exterior	548.464						548.464	669.533
Disponíveis para venda								
Privados	404.970						404.970	168.466
Públicos	4.028.478						4.028.478	4.435.653
Exterior	379.480						379.480	402.374
Mantido até o vencimento								
Privados	254.379						254.379	224.661
Exterior								25.601
Créditos com operações seguradora e resseguradora	**1.478.132**	**155.766**	**87.663**	**95.705**	**141.647**	**345.576**	**2.304.489**	**2.368.731**
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	**7.559.723**	**155.766**	**87.663**	**95.705**	**141.647**	**345.576**	**8.386.080**	**8.629.959**

	Consolidado							
	30 de junho de 2016							
	Ativos vencidos e não "impaired"							
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**Ativos não vencidos e não "impaired"**	**0 a 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 120 dias**	**121 a 180 dias**	**Acima de 180 dias**	**Valor Contábil**	**Saldo contábil 31 de dezembro 2015**
Caixa e equivalente de caixa	185.186						185.186	18.277
Ao valor justo por meio do resultado								
Privados	57.513						57.513	43.841
Públicos	235.125						235.125	277.549
Exterior	548.464						548.464	669.533
Disponíveis para venda								
Privados	206.210						206.210	69.411
Públicos	4.028.478						4.028.478	4.435.669
Exterior	396.882						396.882	424.374
Mantido até o vencimento								
Privados	254.379						254.379	224.661
Exterior								25.601
Créditos com operações seguradora e resseguradora	**1.478.132**	**155.766**	**87.663**	**95.705**	**141.647**	**346.101**	**2.305.014**	**2.368.748**
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	**7.390.369**	**155.766**	**87.663**	**95.705**	**141.647**	**346.101**	**8.217.251**	**8.557.664**

4.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado ao risco de que a Companhia, embora solvente, não tenha recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou de que possa cumpri-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras. Para gerir este risco, busca-se alocar uma reserva mínima em fundos de elevada liquidez (Operações Compromissadas lastreada em títulos públicos federais) para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros ao longo do tempo.

	Controladora						
	Maturidade dos passivos em 30 de junho de 2016						
Passivos de resseguro (provisões técnicas)	**zero a um ano**	**um a três anos**	**três a cinco anos**	**cinco a dez anos**	**Acima de dez anos**	**Valor contábil**
	1.881.644	3.872.021	835.853	412.654	1.500.927	8.503.099
PSL Total	949.674	2.274.366	574.315	7.126	1.304.731	5.110.212
PPNG RVE	408.490	768.106	30.961	22.280	–	1.229.837
PPNG-EPI	176.467	144.715	–	–	–	321.182
IBNR + IBNER	147.805	641.973	225.984	381.855	186.911	1.584.528
PPNG RVNE	174.280	1.945	–	–	–	176.225
PET	18.129	23.617	–	–	–	41.746
PDR	6.799	17.299	4.593	1.393	9.285	39.369

	Consolidado						
	Maturidade dos passivos em 30 de junho de 2016						
Passivos de resseguro (provisões técnicas)	**zero a um ano**	**um a três anos**	**três a cinco anos**	**cinco a dez anos**	**Acima de dez anos**	**Valor contábil**
	1.881.644	3.872.021	835.853	412.654	1.536.126	8.538.298
PSL Total	949.674	2.274.366	574.315	7.126	1.305.198	5.110.679
PPNG RVE	408.490	768.106	30.961	22.280	–	1.229.837
PPNG-EPI	176.467	144.715	–	–	–	321.182
IBNR + IBNER	147.805	641.973	225.984	381.855	221.643	1.619.260
PPNG RVNE	174.280	1.945	–	–	–	176.225
PET	18.129	23.617	–	–	–	41.746
PDR	6.799	17.299	4.593	1.393	9.285	39.369

4.7 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

(c) O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

4.8 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:

(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

		Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	237	607	237	607
Operações compromissadas	Nível 1	234.888	276.789	234.888	276.942
Cotas de Fundos de Investimentos	Nível 1	91.418	74.832	98.191	75.077
Cotas de Fundos de Renda Variável	Nível 1	31.914	43.428	31.914	43.432
Ações no Exterior	Nível 2	226.568	275.626	226.568	275.626
Ações de Empresas Nacionais	Nível 1	18.219		18.219	
Debêntures	Nível 1	607	409	607	409
Depósitos à Prazo Fixo no Exterior	Nível 2	224.990	312.029	224.990	312.029
Títulos da dívida soberana	Nível 1	5.488	6.801	5.488	6.801
Outros	Nível 2	10.567			
		844.896	**990.521**	**841.102**	**990.923**
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	3.378.732	2.572.790	3.378.732	2.572.790
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1	108.402	1.127.107	108.402	1.127.107
Notas do Tesouro Nacional	Nível 1	520.943	590.585	520.943	590.585
Fundos Imobiliários	Nível 1	37.772	39.570	37.772	39.570
Certificados de Depósitos Bancários	Nível 2	9.388	10.815	9.388	10.815
Debêntures	Nível 1	14.270	18.482	14.270	18.482
Letras Financeiras	Nível 1	141.109	123.163	141.109	123.163
Operações Compromissadas	Nível 1	20.401	22.008	20.401	22.024
Fundo de Investimentos Imobiliários FII	Nível 2	202.451	99.131	3.671	
Quotas de Fundos Renda Fixa	Nível 1		468		544
Outros	Nível 2	(20)			
Títulos da dívida soberana	Nível 1	339.513	360.925	339.513	360.925
American Depositary Receipts - ADR	Nível 1	2.988	2.183	2.988	2.183
Títulos de Renda Fixa no exterior	Nível 1	36.979	39.266	36.979	39.266
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.	Nível 1			6.898	6.811
Obligations of U.S. Government corporations and agencies	Nível 1			1.040	3.115
Non-U.S. Government	Nível 1			229	278
Sec Issued by States & Terr.	Nível 1			1.393	
Corporate securities	Nível 1			6.841	9.467
Short-term investments	Nível 1			1.001	2.329
		4.812.928	5.006.493	4.631.570	4.929.454

4.8.1 Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento

	Controladora e Consolidado			
	30 de junho de 2016		31 de zembro de 2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros mantidos até o vencimento				
Letras Financeiras - Privadas	240.765	240.765	224.661	224.661
Eurobonds/Term Notes	13.614	13.614	25.601	25.492
	254.379	**254.379**	**250.262**	**250.153**

4.9 Capital Mínimo, de Risco e Liquidez em Relação ao Capital

O CNSP, em 15 de julho de 2015, publicou nova regulamentação relativa ao cálculo de capital mínimo para autorização e funcionamento dos resseguradores locais, cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado e plano de regulação e solvência, consubstanciada na Resolução CNSP nº 321/2015, que consolidou todas as resoluções relativas à liquidez e solvência sem alteração metodológica.

Consideram-se, para efeitos das citadas resoluções, os conceitos a seguir:

I Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

II Capital base: montante fixo de capital, no valor de R$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.

III Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.

IV Ativos líquidos: todos os ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100% (cem por cento) na cobertura das provisões técnicas.

V Liquidez em relação ao capital de risco: situação caracterizada pela apresentação de um total de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do capital de risco.

4.9.1 Cálculo do Capital Mínimo Requerido

O cálculo efetuado pelo IRB Brasil RE, conforme disposto nas citadas resoluções, não identificou a necessidade de aporte adicional de capital. Na data base em 30 de junho de 2016, observou-se que o valor do patrimônio líquido ajustado é superior ao valor do capital mínimo requerido, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Capital de risco baseado em risco de subscrição	511.987	619.354
Capital de risco baseado em risco de crédito	409.294	460.566
Capital de risco baseado em risco operacional	34.862	37.282
Benefício da diversificação de riscos	(121.777)	(141.318)
Capital de risco total	**834.366**	**975.884**
Capital base	60.000	60.000
Capital mínimo requerido	834.366	975.884
Patrimônio líquido ajustado (*)	2.714.847	3.010.331
Suficiência de patrimônio líquido ajustado	**1.880.481**	**2.034.447**

(*) Cálculo do patrimônio líquido ajustado:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Patrimônio líquido	3.046.245	3.174.595
Deduções		
Despesas antecipadas	(154)	(1.247)
Participações societárias	(175.021)	–
Intangíveis	(61.091)	(63.357)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior	(95.082)	(99.610)
Outras deduções	(50)	(50)
Patrimônio líquido Ajustado	**2.714.847**	**3.010.331**

4.9.2 Liquidez em relação ao capital de risco

O cálculo da liquidez em relação ao capital mínimo requerido para a data base de 30 de junho de 2016 não identificou necessidade do IRB Brasil RE dispor de maior nível de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões.

	Controladora	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos Elegíveis (*)	**5.114.631**	**5.380.285**
Provisões Técnicas de Resseguros Líquido de ativos redutores	(5.399.302)	(5.507.676)
Direitos creditórios	781.615	512.833
Cobertura de 20% do Capital de Risco	(166.873)	(195.177)
Suficiência de liquidez	**330.071**	**190.265**

	Consolidado	

IRB-Brasil Resseguros S/A

CNPJ 33.376.989/0001-91

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações

	Controladora 30 de junho de 2016							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	–	–	3.343.764	3.340.200	–	–	14,25%	3.340.200
Letras do Tesouro Nacional	–	–	109.037	108.402	–	–	11,51%	108.402
Notas do Tesouro Nacional - Série B	–	–	541.181	520.943	–	–	12,89%	520.943
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debentures	886	607	–	–	–	–	–	607
Letras Financeiras	–	–	–	–	240.765	240.765	15,05%	240.765
Títulos de Renda Variável								
Ações de Empresas Nacionais	18.774	18.219	–	–	–	–	–	18.219
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários	–	–	242.344	240.223	–	–	10,42%	240.223
Quotas de Fundos de Investimento						–		
Certificado Depósitos Bancários	–	–	9.388	9.388	–	–	14,32%	9.388
Debentures	–	–	14.330	14.270	–	–	15,57%	14.270
Letras Financeiras	–	–	141.523	141.109	–	–	14,91%	141.109
Letras Financeiras do Tesouro (i)	232	237	38.550	38.532	–	–	14,25%	38.769
Operações Compromissadas	233.478	233.477	20.401	20.401	–	–	14,14%	253.878
Outros	10.689	10.689	(20)	(20)	–	–	–	10.669
Quotas de Fundos de Investimento em Ações							–	
Ações de Empresas Nacionais	28.313	31.914	–	–	–	–	–	31.914
Letras Financeiras do Tesouro								–
Operações Compromissadas	1.411	1.411	–	–	–	–	14,14%	1.411
Outros	(122)	(122)	–	–	–	–	–	(122)
	293.661	**296.432**	**4.460.498**	**4.433.448**	**240.765**	**240.765**	**–**	**4.970.645**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivo	91.418	91.418	–	–	–	–	–	91.418
American Deposits Receipt (ii)			19.283	2.988	–	–	–	2.988
Títulos da Dívida Soberana (ii)	5.488	5.488	363.734	339.513	–	–	5,55%	345.001
Brazilian Corporate Bonds (iii)	–	–	–	–	13.614	13.614	4,26%	13.614
Papéis de renda fixa (HSBC)	–	–	37.397	36.979	–	–	2,23%	36.979
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	224.990	224.990	–	–	–	–	4,78%	224.990
Outras aplicações no exterior	226.568	226.568	–	–	–	–	–	226.568
	548.464	**548.464**	**420.414**	**379.480**	**13.614**	**13.614**	**–**	**941.558**
	842.125	**844.896**	**4.880.912**	**4.812.928**	**254.379**	**254.379**	**–**	**5.912.203**
%	–	15%	–	81%	–	4%	–	100%
Circulante	–	844.896	–	234.397	–	13.614	–	1.092.907
Não circulante	–	–	–	4.578.531	–	240.765	–	4.819.296

	Controladora 31 de dezembro de 2015							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	–	–	2.538.572	2.537.937	–	–	13,24%	2.537.937
Letras do Tesouro Nacional	–	–	1.131.418	1.127.107	–	–	13,26%	1.127.107
Notas do Tesouro Nacional - Série B	–	–	627.661	590.585	–	–	17,44%	590.585
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debentures	886	409	–	–	–	–	–	409
Letras Financeiras	–	–	–	–	224.661	224.661	–	224.661
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários	–	–	139.762	139.187	–	–	8,21%	139.187
Quotas de Fundos de Investimento								
Certificado Depósitos Bancários	–	–	10.815	10.815	–	–	13,38%	10.815
Debentures	–	–	18.442	18.482	–	–	14,41%	18.482
Letras Financeiras	–	–	123.679	123.163	–	–	13,95%	123.163
Letras Financeiras do Tesouro (i)	148	148	34.853	34.853	–	–	13,25%	35.001
Operações Compromissadas	274.780	274.780	22.008	22.008	–	–	14,22%	296.788
Outros	16	16	(18)	(18)	–	–	–	(2)
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de Empresas Nacionais	46.231	43.428	–	–	–	–	–	43.428
Letras Financeiras do Tesouro	449	459	–	–	–	–	13,25%	459
Operações Compromissadas	2.009	2.009	–	–	–	–	14,14%	2.009
Outros	(267)	(261)	–	–	–	–	–	(261)
	324.252	**320.988**	**4.647.192**	**4.604.119**	**224.661**	**224.661**	**–**	**5.149.768**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivo	75.077	75.077	–	–	–	–	23,68%	75.077
American Deposits Receipt (ii)	–	–	23.459	2.183	–	–	–	2.183
Títulos da Dívida Soberana (ii)	6.801	6.801	457.014	360.925	–	–	5,57%	367.726
Brazilian Corporate Bonds (iii)	–	–	–	–	25.601	25.601	4,29%	25.601
Papéis de renda fixa (HSBC)	–	–	40.537	39.266	–	–	2,39%	39.266
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	312.029	312.029	–	–	–	–	20,96%	312.029
Outras aplicações no exterior	275.626	275.626	–	–	–	–	–	275.626
	669.533	**669.533**	**521.010**	**402.374**	**25.601**	**25.601**	**–**	**1.097.508**
	993.785	**990.521**	**5.168.202**	**5.006.493**	**250.262**	**250.262**	**–**	**6.247.276**
%	–	16%	–	80%	–	4%	–	100%
Circulante	–	990.521	–	1.049.709	–	20.481	–	2.060.711
Não circulante	–	–	–	3.956.784	–	229.781	–	4.186.565

	Consolidado 30 de junho de 2016							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	–	–	3.343.764	3.340.200	–	–	14,25%	3.340.200
Letras do Tesouro Nacional	–	–	109.037	108.402	–	–	11,51%	108.402
Notas do Tesouro Nacional - Série B	–	–	541.181	520.943	–	–	12,89%	520.943
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debentures	886	607	–	–	–	–	–	607
Letras Financeiras	–	–	–	–	240.765	240.765	15,05%	240.765
Títulos de Renda Variável								
Ações de Empresas Nacionais	18.774	18.219	–	–	–	–	–	18.219
Quotas de Fundo de Investimentos Imobiliários	–	–	43.716	41.443	–	–	–	41.443
Quotas de Fundos de Investimento								
Certificado Depósitos Bancários	–	–	9.388	9.388	–	–	14,32%	9.388
Debentures	–	–	14.330	14.270	–	–	15,57%	14.270
Letras Financeiras	–	–	141.523	141.109	–	–	14,91%	141.109
Letras Financeiras do Tesouro (i)	232	237	38.550	38.532	–	–	14,25%	38.769
Operações Compromissadas	233.478	233.477	20.401	20.401	–	–	14,14%	253.878
Quotas de Fundos Não Exclusivos	6.773	6.773		–	–	–	–	6.773
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de Empresas Nacionais	28.313	31.914	–	–	–	–	–	31.914
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	–	–	–	–	–
Operações Compromissadas	1.411	1.411					14,14%	1.411
	289.867	**292.638**	**4.261.890**	**4.234.688**	**240.765**	**240.765**	**–**	**4.768.091**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivo	91.418	91.418	–	–	–	–	–	91.418
American Deposits Receipt (ii)	–	–	19.283	2.988	–	–	–	2.988
Títulos da Dívida Soberana (ii)	5.488	5.488	363.734	339.513	–	–	5,55%	345.001
Brazilian Corporate Bonds (iii)	–	–	–	–	13.614	13.614	4,26%	13.614
Papéis de renda fixa (HSBC)	–	–	37.397	36.979	–	–	2,23%	36.979
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	224.990	224.990	–	–	–	–	4,78%	224.990
Outras aplicações no exterior	226.568	226.568	–	–	–	–	–	226.568
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	–	–	6.861	6.898	–	–	–	6.898
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	–	–	1.034	1.040	–	–	–	1.040
Non-U.S. Government	–	–	227	229	–	–	–	229
Sec Issued by States & Terr.	–	–	1.391	1.393	–	–	–	1.393
Corporate Securities	–	–	6.783	6.841	–	–	–	6.841
Short-term Investments	–	–	1.001	1.001	–	–	–	1.001
	548.464	**548.464**	**437.711**	**396.882**	**13.614**	**13.614**	**–**	**958.960**
	838.331	**841.102**	**4.699.601**	**4.631.570**	**254.379**	**254.379**	**–**	**5.727.051**
%	–	15%	–	81%	–	4%	–	100%
Circulante	–	841.102	–	238.539	–	13.614	–	1.093.255
Não Circulante	–	–	–	4.393.031	–	240.765	–	4.633.796

	Consolidado 31 de dezembro de 2015							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	–	–	2.538.572	2.537.937	–	–	13,24%	2.537.937
Letras do Tesouro Nacional	–	–	1.131.418	1.127.107	–	–	13,26%	1.127.107
Notas do Tesouro Nacional - Série B	–	–	627.661	590.585	–	–	17,44%	590.585
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debentures	886	409	–	–	–	–	–	409
Letras Financeiras	–	–	–	–	224.661	224.661	–	224.661
Quotas de Fundo de Investimentos Imobiliários	–	–	40.588	40.114	–	–	8,21%	40.114
Quotas de Fundos de Investimento								
Certificado Depósitos Bancários			10.815	10.815	–	–	13,38%	10.815
Debentures			18.442	18.482	–	–	14,41%	18.482
Letras Finaneiras			123.679	123.163	–	–	13,95%	123.163
Letras Financeiras do Tesouro (i)	148	148	34.853	34.853	–	–	13,25%	35.001
Operações Compromissadas	274.810	274.810	22.024	22.024	–	–	14,22%	296.834
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de Empresas Nacionais	46.230	43.432	–	–	–	–	–	43.432
Letras Financeiras do Tesouro	449	459	–	–	–	–	13,25%	459
Operações Compromissadas	2.132	2.132	–	–	–	–	14,14%	2.132
	324.655	**321.390**	**4.548.052**	**4.505.080**	**224.661**	**224.661**	**–**	**5.051.131**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivo	75.077	75.077	–	–	–	–	23,68%	75.077
American Deposits Receipt (ii)	–	–	23.459	2.183	–	–	–	2.183
Títulos da Dívida Soberana (ii)	6.801	6.801	457.014	360.925	–	–	5,57%	367.726
Brazilian Corporate Bonds (iii)	–	–	–	–	25.601	25.601	4,29%	25.601
Papéis de Renda Fixa (HSBC)	–	–	40.537	39.266	–	–	2,39%	39.266
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	312.029	312.029	–	–	–	–	20,96%	312.029
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	–	–	6.811	6.811	–	–	–	6.811
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies .	–	–	3.115	3.115	–	–	–	3.115
Non-U.S. Government	–	–	278	278	–	–	–	278
Corporate Securities	–	–	9.467	9.467	–	–	–	9.467
Short-term Investments	–	–	2.329	2.329	–	–	–	2.329
Outras aplicações no exterior	275.626	275.626					–	275.626
	669.533	**669.533**	**543.010**	**424.374**	**25.601**	**25.601**	**–**	**1.119.508**
	994.188	**990.923**	**5.091.062**	**4.929.454**	**250.262**	**250.262**	**–**	**6.170.639**
%	–	16%	–	80%	–	4%	–	100%
Circulante	–	990.923	–	1.054.999	–	20.934	–	2.066.856
Não Circulante	–	–	–	3.874.455	–	229.328	–	4.103.783

(i) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos públicos do Tesouro Nacional que fazem parte da carteira própria do IRB Brasil RE. Seus rendimentos são atualizados pela taxa Selic e os títulos estão custodiados no Banco do Brasil. Adicionalmente, estes títulos são ajustados aos seus valores de mercado, obtidos através de informações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

(ii) Títulos da dívida mobiliária soberana e de empresas estatais brasileiras (ADR's)

Representam títulos de renda fixa emitidos no exterior, em dólares dos Estados Unidos, pela União.

(iii) Brazilian Corporate Bonds

Representam títulos de renda fixa emitidos por subsidiárias, sediadas no exterior, de empresas brasileiras. Estes títulos, denominados em dólares dos Estados Unidos, foram colocados no mercado internacional. Estão sob administração da BB Securities, em Londres. Em junho de 2011, a provisão foi contabilizada à razão de 100% dos títulos vencidos e não pagos, exceto para os títulos renegociados, em função da condição de adimplência dos titulares da dívida.

(iv) Corporate Bonds

Os Corporate Bonds são letras hipotecárias emitidas por empresas privadas dos Estados Unidos, com base em operações de financiamentos imobiliários no valor de R$ 54.757. A Companhia constituiu provisão para desvalorização por considerar que as perdas em seu valor são permanentes.

(v) Depósitos a prazo fixo no exterior

Representam aplicações em *time deposits* de responsabilidade do Banco do Brasil S.A. e Bradesco, em Nova Iorque, cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem a Libra Esterlina, o Dólar e o Euro.

6.1.1 Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Controladora 30 de junho de 2016				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debentures	607	–	–	–	607
Títulos de Renda Variável					
Ações de Empresas Nacionais	18.219	–	–	–	18.219
Quotas de Fundos de Investimento					
Letras Financeiras do Tesouro				237	237
Operações Compromissadas	–	206.699	–	26.778	233.477
Outros	10.689	–	–	–	10.689
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	31.914	–	–	–	31.914
Operações Compromissadas	–	1.411	–	–	1.411
Outros	(122)	–	–	–	(122)
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	91.418	–	–	–	91.418
Títulos da Dívida Soberana	–	–	783	4.705	5.488
Depósito à Prazo Fixo no Exterior	–	224.990	–	–	224.990
Outras aplicações no exterior	226.568	–	–	–	226.568
	379.293	**433.100**	**783**	**31.720**	**844.896**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	3.340.200	3.340.200
Notas do Tesouro Nacional	–	29.520	–	491.423	520.943
Letras do Tesouro Nacional	–	108.215	187	–	108.402
Quotas de Fundos de Investimento					
Certificado Depósitos Bancários	–	9.388	–	–	9.388
Debentures	–	1.300	2.208	10.762	14.270
Letras Financeiras	–	14.857	1.227	125.025	141.109
Letras Financeiras do Tesouro	–	2.052	–	36.480	38.532
Operações Compromissadas	–	20.401	–	–	20.401
Outros	(20)	–	–	–	(20)
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários	**–**	**–**	**–**	**–**	**240.223**
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	2.988	–	–	–	2.988
Títulos da Dívida Soberana	–	–	29.656	309.857	339.513
Papéis de renda fixa (HSBC)	–	4.150	4.668	28.161	36.979
	6.568	**189.883**	**37.946**	**4.578.531**	**4.812.928**
Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras	–	–	–	240.765	240.765
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds	–	–	13.614	–	13.614
	–	**–**	**13.614**	**240.765**	**254.379**

	Controladora 31 de dezembro de 2015				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debentures	409	–	–	–	409
Quotas de Fundos de Investimento					
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	148	148
Operações Compromissadas	–	268.715	–	6.065	274.780
Outros	–	16	–	–	16
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	43.428	–	–	–	43.428
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	459	459
Operações Compromissadas	–	2.009	–	–	2.009
Outros	–	(261)	–	–	(261)
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	75.077	–	–	–	75.077
Títulos da Dívida Soberana	–	–	–	6.801	6.801
Depósito à Prazo Fixo no Exterior	–	312.029	–	–	312.029
Outras aplicações no exterior	275.626	–	–	–	275.626
	394.540	**582.508**		**13.473**	**990.521**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	2.537.937	2.537.937
Notas do Tesouro Nacional	–	–	28.339	562.246	590.585
Letras do Tesouro Nacional	–	434.456	528.359	164.292	1.127.107
Quotas de Fundos de Investimento					
Certificado Depósitos Bancários	–	2.025	8.790	–	10.815
Debentures	–	1.922	1.602	14.958	18.482
Letras Financeiras	–	–	12.165	110.998	123.163
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	34.853	34.853
Operações Compromissadas	–	22.008	–	–	22.008
Outros	(18)	–	–	–	(18)
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários					
Fundos Imobiliários	–	–	–	39.570	39.570
Imóveis	–	–	–	99.131	99.131
Quotas de Fundos de Renda Fixa	544	–		–	544
Outros	(58)	–	–	–	(58)
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	2.183	–	–	–	2.183
Títulos da Dívida Soberana	–	–	–	360.925	360.925
Papéis de renda fixa (HSBC)	–	2.901	4.491	31.874	39.266
	2.651	**463.312**	**583.746**	**3.956.784**	**5.006.493**
Mantidos até o vencimento					
Títulos de Renda Fixa - Privados	–	–	–	224.661	224.661
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds	–	14.118	6.363	5.120	25.601
	–	**14.118**	**6.363**	**229.781**	**250.262**

	Consolidado 30 de junho de 2016				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debentures	607	–	–	–	607
Títulos de Renda Variável					
Ações de Empresas Nacionais	18.219	–	–	–	18.219
Quotas de Fundos de Investimento					
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	237	237
Operações Compromissadas	–	206.699	–	26.778	233.477
Quotas de Fundos de Investimento	6.773	–	–	–	6.773
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	31.914	–	–	–	31.914
Operações Compromissadas	–	1.411	–	–	1.411
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivo	75.077	–	–	–	75.077
Títulos da Dívida Soberana	–	–	783	4.705	5.488
Depósito à Prazo Fixo no Exterior	–	224.990	–	–	224.990
Outras aplicações no exterior	226.568	–	–	–	226.568
	375.499	**433.100**	**783**	**31.720**	**841.102**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	3.340.200	3.340.200
Notas do Tesouro Nacional	–	29.520	–	491.423	520.943
Letras do Tesouro Nacional	–	108.215	187	–	108.402
Quotas de Fundos de Investimento					
Certificado Depósitos Bancários	–	9.388	–	–	9.388
Debentures	–	1.300	2.208	10.762	14.270
Letras Financeiras	–	14.857	1.227	125.025	141.109
Letras Financeiras do Tesouro	–	2.052	–	36.480	38.532
Operações Compromissadas	–	20.401	–	–	20.401
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários	**–**	**–**	**–**	**–**	**240.223**
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	2.988	–	–	–	2.988
Títulos da Dívida Soberana	–	–	29.656	309.857	339.513
Papéis de renda fixa (HSBC)	–	4.150	4.668	28.161	36.979
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	–	322	1.008	5.568	6.898
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	–	–	–	1.040	1.040
Non-U.S. Government	–	–	–	229	229
Sec Issued by States & Terr.	–	258	410	725	1.393
Corporate Securities	–	660	392	5.789	6.841
Short-term Investments	840	161	–	–	1.001
	3.828	**194.955**	**39.756**	**4.393.031**	**4.631.570**
Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras	–	–	–	240.765	240.765
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds	–	–	13.614	–	13.614
	–	**–**	**13.614**	**240.765**	**254.379**

	Consolidado 31 de dezembro de 2015				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debentures	409	–	–	–	409
Quotas de Fundos de Investimento					
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	148	148
Operações Compromissadas	–	268.745	–	6.065	274.810
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	43.432	–	–	–	43.432
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	459	459
Operações Compromissadas	–	2.132	–	–	2.132
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	75.077	–	–	–	75.077
Títulos da Dívida Soberana	–	–	–	6.801	6.801
Depósito à Prazo Fixo no Exterior	–	312.029	–	–	312.029
Outras aplicações no exterior	275.626	–	–	–	275.626
	394.544	**582.906**	**–**	**13.473**	**990.923**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	2.537.937	2.537.937
Notas do Tesouro Nacional	–	–	28.339	562.246	590.585
Letras do Tesouro Nacional	–	434.456	528.359	164.292	1.127.107
Quotas de Fundos de Investimento					
Certificado Depósitos Bancários	–	2.025	8.790	–	10.815
Debentures	–	1.922	1.602	14.958	18.482
Letras Financeiras	–	–	12.165	110.998	123.163
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	34.853	34.853
Operações Compromissadas	–	22.024	–	–	22.024
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários					
Fundos Imobiliários	–	–	–	39.570	39.570
Quotas de Fundos de Renda Fixa	544	–	–	–	544
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	2.183	–	–	–	2.183
Títulos da Dívida Soberana	–	–	–	360.925	360.925
Papéis de renda fixa (HSBC)	–	2.901	4.491	31.874	39.266
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	–	942	392	5.477	6.811
Obligations of U.S. Governmment corporations and agencies	–	294	98	2.723	3.115
Non- U.S. Governmment	–	–	–	278	278
Corporate Securities	–	372	1.224	7.871	9.467
Short-term Investments	2.329	–	–	–	2.329
	5.056	**464.936**	**585.460**	**3.874.002**	**4.929.454**
Mantidos até o vencimento					
Títulos de Renda Fixa - Privados	–	–	–	224.661	224.661
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds	–	14.118	6.363	5.120	25.601
	–	**14.118**	**6.363**	**229.781**	**250.262**

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora			
Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	990.521	5.006.493	250.262	6.247.276
Aplicações	2.426.065	3.233.624	–	5.659.689
Rendimento resgate	(102.995)	(27.411)	(421)	(130.827)
Principal resgate	(2.370.548)	(3.735.485)	(8.699)	(6.114.732)
Resultado financeiro	42.581	331.336	16.494	383.434
Ajuste a valor de mercado	–	93.726	–	93.726
Oscilação cambial	(140.728)	(89.355)	(3.257)	(226.363)
Saldos em 30 de junho de 2016	**844.896**	**4.812.928**	**254.379**	**5.912.203**

	Valor justo por	Disponível	Mantidos até	
Movimentação das aplicações financeiras	meio do resultado	para venda	o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	853.516	3.995.219	697.670	5.546.405
Aplicações	4.036.468	2.797.168	1.718.172	8.551.808
Rendimento resgate	(45.208)	(31.176)	(10.336)	(86.720)
Principal resgate	(4.138.474)	(2.322.920)	(2.215.712)	(8.677.106)
Resultado financeiro	120.191	547.219	48.343	715.753
Ajuste a valor de mercado	–	(122.322)	–	(122.322)
Oscilação cambial	164.028	143.305	12.125	319.458
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**990.521**	**5.006.493**	**250.262**	**6.247.276**

	Consolidado			
Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	990.923	4.929.454	250.262	6.170.639
Aplicações	2.434.315	3.134.335	–	5.568.650
Rendimento resgate	(102.995)	(27.411)	(421)	(130.827)
Principal resgate	(2.382.994)	(3.741.414)	(8.699)	(6.133.107)
Resultado financeiro	42.581	332.235	16.494	384.333
Ajuste a valor de mercado	-	93.726	–	93.726
Oscilação cambial	(140.728)	(89.355)	(3.257)	(226.363)
Saldos em 30 de junho de 2016	**841.102**	**4.631.570**	**254.379**	**5.727.051**

	Valor justo por	Disponível	Mantidos até	
Movimentação das aplicações financeiras	meio do resultado	para venda	o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	853.291	4.011.356	697.670	5.562.317
Aplicações	4.036.468	2.707.759	1.718.172	8.462.399
Rendimento resgate	(45.208)	(31.176)	(10.336)	(86.720)
Principal resgate	(4.138.474)	(2.327.369)	(2.215.712)	(8.681.555)
Resultado financeiro	120.818	547.901	48.343	717.062
Ajuste a valor de mercado	–	(122.322)	–	(122.322)
Oscilação cambial	164.028	143.305	12.125	319.458
Outros	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**990.923**	**4.929.454**	**250.262**	**6.170.639**

continua

IRB-Brasil Resseguros S/A

CNPJ 33.376.989/0001-91

7 Créditos das operações com resseguros e retrocessões

As contas de créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do país e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a receber e dos créditos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

7.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**30 de junho de 2016**	**31 de dezembro de 2015**	**30 de junho de 2016**	**31 de dezembro de 2015**
Operações com seguradoras (7.2.1)	1.707.021	1.819.174	1.707.021	1.819.174
Operações com resseguradoras (7.2.2)	541.153	427.256	541.153	427.256
Outros créditos operacionais	25.050	90.658	25.575	90.675
Provisão de créditos com liquidação duvidosa	(99.378)	(148.616)	(99.378)	(148.616)
	2.173.846	**2.188.472**	**2.174.371**	**2.188.489**
Não circulante				
Operações com seguradoras (7.2.1)	31.265	31.643	31.265	31.643
Provisão de créditos com liquidação duvidosa	(31.265)	(31.643)	(31.265)	(31.643)
	2.173.846	**2.188.472**	**2.174.371**	**2.188.489**

7.2 Movimentação

7.2.1 Operações com seguradoras

	Controladora e Consolidado				
Operações com seguradoras	**Prêmio Efetivo**	**Prêmio Estimado**	**Prêmio RVNE**	**Sinistro**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.021.263**	**398.701**	**275.431**	**155.422**	**1.850.817**
Prêmios a receber	724.530	1.535.656	76.350	–	2.336.536
Recebimentos	(715.415)	(1.489.983)	(46.105)	–	(2.251.504)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros	–	–	–	(63.790)	(63.790)
Variação cambial	(74.601)	(17.849)	(30.104)	(2.338)	(124.892)
Saldos em 30 de junho de 2016	**955.777**	**426.524**	**275.572**	**89.294**	**1.747.167**
Circulante	–	–	–	–	1.715.902
Não circulante	–	–	–	–	31.265
	–	**–**	**–**	**–**	**1.747.167**

	Controladora e Consolidado				
Operações com seguradoras	**Prêmio Efetivo**	**Prêmio Estimado**	**Prêmio RVNE**	**Sinistro**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**661.569**	**487.385**	**231.824**	**160.443**	**1.541.221**
Prêmios a receber	3.358.274	54.202	43.821	–	3.456.297
Recebimentos	(3.018.295)	(163.966)	(52.703)	–	(3.234.964)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros	–	–	–	(7.118)	(7.118)
Variação cambial	19.715	21.080	52.489	2.097	95.381
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.021.263**	**398.701**	**275.431**	**155.422**	**1.850.817**
Circulante	–	–	–	–	1.819.174
Não circulante	–	–	–	–	31.643
	–	**–**	**–**	**–**	**1.850.817**

7.2.2 Operações com resseguradoras

	Controladora e Consolidado			
	Prêmio Efetivo	**Sinistros**	**Outros**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**189.889**	**236.522**	**845**	**427.256**
Prêmios a receber	160.210	–	–	160.210
Recebimentos	(78.014)	–	–	(78.014)
Recuperação de sinistros	–	110.982	–	110.982
Variação cambial	(40.187)	(46.118)	(559)	(86.864)
Outros créditos	–	–	7.583	7.583
Saldos em 30 de junho de 2016	**231.898**	**301.386**	**7.869**	**541.153**

	Prêmio Efetivo	**Sinistros**	**Outros**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**81.744**	**426.275**	**4.219**	**512.238**
Prêmios a receber	318.307	—	–	318.307
Recebimentos	(228.109)	–	–	(228.109)
Recuperação de sinistros	–	(231.702)	–	(231.702)
Variação cambial	17.947	41.949	7	59.903
Outros créditos	–	–	(3.381)	(3.381)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**189.889**	**236.522**	**845**	**427.256**

7.3 Aging de créditos das operações com resseguros e retrocessões

A análise de vencimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

	Controladora			
Aging	**Crédito das Operações**	**Débito das Operações**	**PDD**	**Total**
A vencer	1.478.132	(574.392)	(10.800)	892.940
Vencidos até 30 dias	155.766	(50.707)	(2.899)	102.160
Vencidos entre 31 e 60 dias	87.663	(43.740)	(288)	43.635
Vencidos entre 61 e 120 dias	95.705	(34.339)	(2.308)	59.058
Vencidos entre 121 e 180 dias	141.647	(50.272)	(883)	90.492
Vencidos entre 181 e 365 dias	89.981	(23.865)	(4.531)	61.585
Vencidos acima de 365 dias	255.595	(167.814)	(108.934)	(21.153)
	2.304.489	**(945.129)**	**(130.643)**	**1.228.717**

	Consolidado			
Aging	**Crédito das Operações**	**Débito das Operações**	**PDD**	**Total**
A vencer	1.478.132	(574.392)	(10.800)	892.940
Vencidos até 30 dias	155.766	(50.707)	(2.899)	102.160
Vencidos entre 31 e 60 dias	87.663	(43.740)	(288)	43.635
Vencidos entre 61 e 120 dias	95.705	(34.339)	(2.308)	59.058
Vencidos entre 121 e 180 dias	141.647	(50.272)	(883)	90.492
Vencidos entre 181 e 365 dias	89.981	(23.865)	(4.531)	61.585
Vencidos acima de 365 dias	256.120	(168.093)	(108.934)	(20.907)
	2.305.014	**(945.408)**	**(130.643)**	**1.228.963**

Para os saldos das contas a pagar e a receber, vencidos e a vencer, no valor de R$ 1.228.717, foi constituída provisão para devedores duvidosos no valor de R$ 130.643, considerando o histórico de inadimplência dos clientes, dentro da utilização da metodologia própria da Companhia, baseada na segregação de parceiros de negócios por origem de atuação país e exterior e partes relacionadas, baseada na classificação de rating por histórico de adimplência, clientes com saldos passivos não liquidados e tratamento especial para clientes em negociação.

8 Ativos de retrocessão - provisões técnicas

8.1 Sinistros - Retrocessão (Composição)

Sinistros pendentes de pagamento e sinistros ocorridos mas não avisados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		
	30 de junho de 2016		
Grupo de Ramos	**Sinistros pendentes de pagamento**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Total**
Patrimonial	1.166.668	163.846	1.330.514
Riscos especiais	75.544	11.359	86.903
Responsabilidades	256.624	11.703	268.327
Cascos	409.653	110.326	519.979
Automóveis	2.699	2.078	4.777
Transportes	156.126	20.776	176.902
Riscos financeiros	161.122	89.644	250.766
Crédito	14.767	1.470	16.237
Pessoas	23.827	8.597	32.424
Habitacional	640	9.824	10.464
Rural	12.161	12.557	24.718
Marítimo	7.304	2.697	10.001
Aeronáutico	121.465	96.089	217.554
Outros	22.193	5.848	28.041
	2.430.793	**546.814**	**2.977.607**

	Controladora		
	31 de dezembro de 2015		
Grupo de Ramos	**Sinistros pendentes de pagamento**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Total**
Patrimonial	1.373.097	213.380	1.586.477
Riscos especiais	222.571	22.409	244.980
Responsabilidades	261.535	12.585	274.120
Cascos	516.297	39.554	555.851
Automóveis	2.065	1.763	3.828
Transportes	187.764	26.863	214.627
Riscos financeiros	205.773	141.036	346.809
Crédito	21.603	6.109	27.712
Pessoas	23.761	7.600	31.361
Habitacional	96	173	269
Rural	19.036	24.858	43.894
Marítimo	10.597	11.121	21.718
Aeronáutico	86.432	23.283	109.715
Outros	14.611	289	14.900
	2.945.238	**531.023**	**3.476.261**

	Consolidado		
	30 de junho de 2016		
Grupo de Ramos	**Sinistros pendentes de pagamento**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Total**
Patrimonial	1.166.668	163.846	1.330.514
Riscos especiais	75.544	11.359	86.903
Responsabilidades	256.624	11.703	268.327
Cascos	409.653	110.326	519.979
Automóveis	2.699	2.078	4.777
Transportes	156.126	20.776	176.902
Riscos financeiros	161.122	89.644	250.766
Crédito	14.767	1.470	16.237
Pessoas	23.827	8.597	32.424
Habitacional	640	9.824	10.464
Rural	12.161	12.557	24.718
Marítimo	7.304	2.697	10.001
Aeronáutico	121.465	96.089	217.554
Outros	22.201	40.577	62.778
	2.430.801	**581.543**	**3.012.344**

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2015		
Grupo de Ramos	**Sinistros pendentes de pagamento**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Total**
Patrimonial	1.373.097	213.380	1.586.477
Riscos especiais	222.571	22.409	244.980
Responsabilidades	261.535	12.585	274.120
Cascos	516.297	39.554	555.851
Automóveis	2.065	1.763	3.828
Transportes	187.764	26.863	214.627
Riscos financeiros	205.773	141.036	346.809
Crédito	21.603	6.109	27.712
Pessoas	23.761	7.600	31.361
Habitacional	96	173	269
Rural	19.036	24.858	43.894
Marítimo	10.597	11.121	21.718
Aeronáutico	86.432	23.283	109.715
Outros	56.436	289	56.725
	2.987.063	**531.023**	**3.518.086**

8.1.1 Movimentação

	Controladora		
	30 de junho de 2016		
	Sinistros pendentes de pagamento	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.945.238	531.023	3.476.261
Liquidação de sinistros	(1.883.081)	(82.490)	(1.965.571)
Constituição de provisão de sinistros	1.368.636	98.281	1.466.917
Saldos em 30 de junho de 2016	**2.430.793**	**546.814**	**2.977.607**

	31 de dezembro de 2015		
	Sinistros pendentes de pagamento	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.743.224	269.950	3.013.174
Liquidação de sinistros	(3.401.008)	(324.120)	(3.725.128)
Constituição de provisão de sinistros	3.603.022	585.193	4.188.215
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**2.945.238**	**531.023**	**3.476.261**

	Consolidado		
	30 de junho de 2016		
	Sinistros pendentes de pagamento	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.987.063	531.023	3.518.086
Liquidação de sinistros	(1.883.081)	(89.578)	(1.972.659)
Constituição de provisão de sinistros	1.368.636	98.281	1.466.917,00
Saldos em 30 de junho de 2016	**2.472.618**	**539.726**	**3.012.344**

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2015		
	Sinistros pendentes de pagamento	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.743.447	269.970	3.013.417
Liquidação de sinistros	(3.401.008)	(324.140)	(3.725.148)
Constituição de provisão de sinistros	3.644.624	585.193	4.229.817
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**2.987.063**	**531.023**	**3.518.086**

8.2 Prêmios de retrocessão diferidos

	Controladora e Consolidado						
	30 de junho de 2016						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
Grupo de Ramos	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Total**
Patrimonial	277.539	43.059	21.080	(16.638)	(4.307)	(1.985)	318.748
Riscos especiais	101.971	13.017	40.161	(8.205)	(651)	(2.380)	143.913
Responsabilidades	24.453	7.974	3.532	(1.248)	(1.309)	(470)	32.932
Cascos	119	–	–	–	–	–	119
Automóveis	796	1.503	41	(44)	(68)	(2)	2.226
Transportes	13.042	2.901	9.867	(549)	(160)	(1.179)	23.922
Riscos financeiros	33.517	1.198	4.586	(1.647)	(270)	(889)	36.495
Pessoas	11.009	799	4.727	(593)	(62)	(327)	15.553
Rural	2.421	–	292	(419)	–	(71)	2.223
Marítimo	7.743	3.865	7.202	(272)	(193)	(295)	18.050
Aeronáutico	24.083	8.986	8.493	(59)	(1)	(295)	41.207
Outros	45.007	1.907	–	(475)	(909)	–	45.530
	541.700	**85.209**	**99.981**	**(30.149)**	**(7.930)**	**(7.893)**	**680.918**

	Controladora e Consolidado						
	31 de dezembro de 2015						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
Grupo de Ramos	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Total**
Patrimonial	270.567	15.719	24.424	(15.233)	(1.865)	(2.406)	291.206
Riscos especiais	198.827	1.354	42.441	(15.736)	(68)	(2.734)	224.084
Responsabilidades	20.373	5.352	3.846	(2.075)	(888)	(625)	25.983
Cascos	329	–	–	–	–	–	329
Automóveis	615	1.902	42	(34)	(105)	(2)	2.418
Transportes	17.924	3.843	8.372	(399)	(213)	(1.097)	28.430
Riscos financeiros	17.029	3.184	3.092	(1.246)	(1.002)	(684)	20.373
Crédito	–	–	(1)	–	–	–	(1)
Pessoas	7.238	714	35	(390)	(51)	(5)	7.541
Rural	213	–	360	(63)	(12)	(100)	398
Marítimo	10.581	398	7.505	(143)	(20)	(301)	18.020
Aeronáutico	39.236	8.685	8.737	(200)	–	(280)	56.178
Outros	39.002	5.470	–	(682)	(2.686)	–	41.104
	621.934	**46.621**	**98.853**	**(36.201)**	**(6.910)**	**(8.234)**	**716.063**

8.2.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado						
	30 de junho de 2016						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
	Efetivo	**Estimado**	**RVNE**	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	621.934	46.621	98.853	(36.201)	(6.910)	(8.234)	716.063
Diferimento pelo risco	(212.546)	(13.098)	(19.122)	11.100	4.004	1.303	(228.359)
Constituição	132.312	51.686	20.250	(5.048)	(5.024)	(962)	193.214
Saldos em 30 de junho de 2016	**541.700**	**85.209**	**99.981**	**(30.149)**	**(7.930)**	**(7.893)**	**680.918**

	Controladora e Consolidado						
	31 de dezembro de 2015						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
	Efetivo	**Estimado**	**RVNE**	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	511.638	67.414	85.903	(46.668)	(3.100)	(7.332)	607.855
Diferimento pelo risco	(1.197.174)	(288.017)	(43.974)	112.648	39.507	4.655	(1.372.355)
Constituição	1.307.470	267.224	56.924	(102.181)	(43.317)	(5.557)	1.480.563
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**621.934**	**46.621**	**98.853**	**(36.201)**	**(6.910)**	**(8.234)**	**716.063**

8.3 Outras provisões técnicas

A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos, e a provisão de despesas relacionadas, constituem coberturas das despesas relacionadas a sinistro.

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2016	**31 de dezembro de 2015**
Patrimonial	7.046	10.018
Riscos especiais	503	1.271
Responsabilidades	4.765	4.290
Cascos	4.312	3.486
Automóveis	27	49
Transportes	174	233
Riscos financeiros	326	95
Crédito	3	4
Pessoas	55	78
Habitacional	6	1
Rural	13	24
Marítimo	15	121
Aeronáutico	2.542	761
	19.787	**20.431**

9 Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	**31 de dezembro de 2015**	**30 de junho de 2016**	**31 de dezembro de 2015**
Circulante				
Valores a receber de shopping centers	–	6.487	6.638	6.487
Valores a receber de acordos judiciais(**)	3.989	3.108	3.989	3.108
Valores a receber - despesas médicas/INSS/aposentados	291	457	291	457
Adiantamento a funcionários	1.902	428	1.902	428
Outros	124	573	1.713	1.833
Total circulante	**6.306**	**11.053**	**14.533**	**12.313**
Não circulante				
Valores a receber da Caixa Econômica Federal (*)	15.817	15.686	15.817	15.686
Valores a receber de acordos judiciais (**)	13.399	12.432	13.399	12.432
Outros	6.514	–	–	–
Total não circulante	**35.730**	**28.118**	**29.216**	**28.118**
	42.036	**39.171**	**43.749**	**40.431**

(*) Valor proveniente de recuperação de valores pagos indevidamente por conta da ação relacionada ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, com utilização dos recursos do FESA.
(**) Valor proveniente de acordos judiciais firmados com devedores.

10. Créditos tributários e previdenciários

10.1 Créditos tributários e previdenciários

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2016	**31 de Dezembro de 2015**
Circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	76.778	126.244
Imposto de renda retido na fonte	3.624	4.848
Impostos a compensar/recuperar	22.719	
	103.121	**131.092**
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	206.190	206.190
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (**)	384.871	480.691
	591.061	**686.881**
	694.182	**817.973**

(*) Refere-se principalmente a pagamentos a maior referentes a PIS (R$ 56.639) e COFINS (R$ 226.329), oriundos da ação de alargamento de base, cujo o trânsito em julgado da ação ocorreu em 29 de outubro de 2013, e o pedido de restituição protocolado em 19 de dezembro de 2013. Para determinação e contabilização desses montantes, foram considerados os créditos sobre os quais não existe qualquer dúvida ou discussão sobre a composição de sua base de cálculo. Estes créditos têm sido utilizados pela Companhia a fim de liquidar os débitos mensais dos tributos diretos (PIS e COFINS). Durante o semestre foram compensados R$ 36.033.
(**) A Medida Provisória nº 675 de de 21 de maio de 2015 ("MP"), elevou a alíquota de Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1o de setembro de 2015.

10.1.1 Créditos tributários sobre diferenças temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são compostos da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado			
	30 de junho de 2016		31 de dezembro de 2015	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Não circulante				
Créditos tributários diferenças temporárias				
Provisões trabalhistas (a)	365.064	365.064	313.815	313.815
Provisão para desvalorização do investimento (b)	233.880	233.880	242.790	242.790
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	238.560	238.560	302.154	302.154
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias (d)	126.009	126.009	162.694	162.694
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	67.983	67.983	161.709	161.709
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(48.001)	(48.001)	(22.390)	(22.390)
Provisão para contingências trabalhistas (d)	45.257	45.257	48.187	48.187
Ajuste a valor de mercado - investimento	(47.234)	(47.234)	(47.234)	(47.234)
Provisão para contingências fiscais/trabalhistas - passivo	(137.183)	(137.183)	(108.491)	(108.491)
Outras provisões	35.480	32.435	14.968	14.968
Base de cálculo	**879.815**	**876.770**	**1.068.202**	**1.068.202**
Alíquota nominal vigente	25%	20%	25%	20%
Crédito tributário diferenças temporárias	**219.954**	**164.917**	**267.051**	**213.640**

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias estão sendo constituídos com base nas alíquotas de 25% e 20%, respectivamente. Para as diferenças temporárias que serão realizadas a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia utilizou a alíquota de 15% para constituição da contribuição social diferida.

(a) A consumação do crédito tributário está baseada no cálculo atuarial da realização das provisões trabalhistas e considera as expectativas da administração quanto à realização do ativo.
(b) Referem-se às provisões para perda das aplicações financeiras "*Brazilian Bonds*", "BB *Securities*" e "Banco Econômico". A primeira encontra-se em default, a segunda tem a previsão de ultrapassar 20 anos para a sua realização e a aplicação do Banco Econômico encontra-se em litígio.
(c) A realização do crédito tributário sobre a provisão para crédito de liquidação duvidosa está relacionada com a recuperação administrativa ou judicial do crédito ou deliberação da administração da baixa para perda.
(d) A realização do crédito tributário sobre a provisão para contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios.

11. Imóveis destinados à renda

	Controladora			
	Terrenos	**Edificações**	**Shopping Centers**	**Total**
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro 2015	16.489	672	171.561	188.722
Aquisição	–	–	775	775
Transferência de ativos para controlada (*)	(16.476)	(638)	(164.457)	(181.571)
Em 30 de junho 2016	**13**	**34**	**7.879**	**7.926**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro 2015	–	(672)	(13.619)	(14.291)
Depreciação	–	–	(961)	(961)
Transferência de ativos para controlada (*)	–	638	13.005	13.643
Em 30 de junho 2016	**–**	**(34)**	**(1.575)**	**(1.609)**
Saldo contábil, líquido	**13**	**–**	**6.304**	**6.317**
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro 2014	16.489	672	169.395	186.556
Aquisição	–	–	2.166	2.166
Em 31 de dezembro 2015	**16.489**	**672**	**171.561**	**188.722**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro 2014	–	(672)	(10.364)	(11.036)
Depreciação	–	–	(3.255)	(3.255)
Em 31 de dezembro 2015	**–**	**(672)**	**(13.619)**	**(14.291)**
Saldo contábil, líquido	**16.489**	**–**	**157.942**	**174.431**

(*) Os ativos foram transferidos para a controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias a valor de custo, líquidos de depreciação acumulada a título de integralização do capital.

	Consolidado			
	Terrenos	**Edificações**	**Shopping Centers**	**Total**
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro 2015	16.489	672	171.561	287.853
Aquisição	–	124	100.495	100.619
Alienação	(28)	–	–	(28)
Em 30 de junho 2016	**16.461**	**796**	**272.056**	**388.444**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro 2015	–	(672)	(13.619)	(14.291)
Depreciação	–	(124)	(1.648)	(1.772)
Baixa	–	–	–	–
Em 30 de junho 2016	**–**	**(796)**	**(15.267)**	**(16.063)**
Saldo contábil, líquido	**16.461**	**–**	**256.789**	**372.381**
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro 2014	16.489	672	169.395	186.556
Aquisição	–	–	101.297	101.297
Em 31 de dezembro 2015	**16.489**	**672**	**270.692**	**287.853**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro 2014	**–**	**(672)**	**(10.364)**	**(11.036)**
Depreciação	–	–	(3.255)	(3.255)
Em 31 de dezembro 2015	**–**	**(672)**	**(13.619)**	**(14.291)**
Saldo contábil, líquido	**16.489**	**–**	**257.073**	**273.562**

(a) Abaixo a composição dos investimentos nos shopping centers, com os percentuais de participação da Companhia e respectivas benfeitorias realizadas pelo IRB no exercício findo em 30 de junho de 2016:

		Benfeitorias realizadas	
		30 de junho de 2016	31 de Dezembro de 2015
	Investimento Percentual	**Benfeitoria realizadas**	**Benfeitoria realizadas**
Park Shopping - Brasília	20%	444	1.352
Esplanada - Sorocaba	15%	100	292
Praia de Belas - Porto Alegre	20%	71	1.411
Minas Shopping - Belo Horizonte	19%	144	269
Shopping Barra - Salvador	20%	16	328
Devolução de benfeitorias			
Park Shopping - Brasília		–	(1.486)
Saldo contábil líquido das benfeitorias em shopping center ativos		**775**	**2.166**

Os investimentos em shopping Center são registrados a custo e a Companhia apura anualmente o valor do fluxo de caixa esperado para esses investimentos e constitui provisão para perdas, quando aplicável, cujo valor de mercado está avaliado em R$ 461.984.

Abaixo o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil a receber pela Companhia nos seguintes exercícios :

	30 de junho de 2016	**31 de Dezembro de 2015**
Até um ano	37.597	35.997
Entre um e cinco anos	151.469	131.183
Acima de cinco anos	151.767	153.488
Total	**340.833**	**320.668**

12. Imobilizado

	Controladora						
	Terrenos e edificações	**Equipamentos de processamento de dados**	**Equipamentos de Telecomunicações**	**Móveis e Utensílios**	**Outras Imobilizações**	**Veículos**	**Total**
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.867	44.096	3.540	8.509	1354	629	81.995
Adições	–	1.644	–	92	813	115	2.664
Baixas	(271)	–	–	(68)	–	(97)	(436)
Transferências	34	–	–	263	(297)	–	–
Em 30 de junho de 2016	**23.630**	**45.740**	**3.540**	**8.796**	**1.870**	**647**	**84.223**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(10.851)	(29.152)	(1.008)	(4.965)	–	(114)	(46.090)
Depreciação	(348)	(2.864)	(346)	(289)	–	(60)	(3.907)
Baixas	271	–	–	–	16	–	6	293
Em 30 de junho de 2016	**(10.928)**	**(32.016)**	**(1.354)**	**(5.238)**	**–**	**(168)**	**(49.704)**
Saldos contábeis, líquidos	**12.702**	**13.724**	**2.186**	**3.558**	**1.870**	**479**	**34.519**
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.141	40.309	3.667	7.469	78	603	74.267
Adições	150	5.678	302	649	3.504	265	10.548
Baixas	–	(1.891)	(429)	(261)	–	(239)	(2.820)
Transferências	1.576	–	–	652	(2.228)	–	–
Em 31 de dezembro de 2015	**23.867**	**44.096**	**3.540**	**8.509**	**1.354**	**629**	**81.995**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(10.221)	(25.633)	(765)	(4.733)	–	(35)	(41.387)
Depreciação	(630)	(5.656)	(664)	(471)	–	(124)	(7.545)
Baixas	–	2.137	421	239	–	45	2.842
Em 31 de dezembro de 2015	**(10.851)**	**(29.152)**	**(1.008)**	**(4.965)**	**–**	**(114)**	**(46.090)**
Saldos contábeis, líquidos	**13.016**	**14.944**	**2.532**	**3.544**	**1.354**	**515**	**35.905**

	Consolidado						
	Terrenos e edificações	**Equipamentos de processamento de dados**	**Equipamentos de Telecomunicações**	**Móveis e Utensílios**	**Outras Imobilizações**	**Veículos**	**Total**
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.867	44.096	3.540	8.585	1.354	629	82.071
Adições	–	1.644	–	92	813	128	2.677
Baixas	–271	–	–	(68)	–	(97)	(436)
Transferências	34	–	–	263	(297)	–	–
Em 30 de junho de 2016	**23.630**	**45.740**	**3.540**	**8.872**	**1.870**	**660**	**84.312**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(10.851)	(29.152)	(1.008)	(5.025)	–	(114)	(46.150)
Depreciação	(348)	(2.864)	(346)	(289)	–	(64)	(3.911)
Baixas	271	–	–	–	–	6	277
Em 30 de junho de 2016	**(10.928)**	**(32.016)**	**(1.354)**	**(5.314)**	**–**	**(172)**	**(49.784)**
Saldos contábeis, líquidos	**12.702**	**13.724**	**2.186**	**3.558**	**1.870**	**488**	**34.528**
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.141	40.309	3.667	7.661	78	603	74.459
Adições	150	5.678	302	649	3.504	265	10.548
Baixas	–	(1.891)	(429)	(377)	–	(239)	(2.936)
Transferências	1.576	–	–	652	(2.228)	–	–
Em 31 de dezembro de 2015	**23.867**	**44.096**	**3.540**	**8.585**	**1.354**	**629**	**82.071**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(10.221)	(25.633)	(765)	(4.906)	–	(35)	(41.560)
Depreciação	(630)	(5.656)	(664)	(497)	–	(124)	(7.571)
Baixas	–	2.137	421	378	–	45	2.981
Em 31 de dezembro de 2015	**(10.851)**	**(29.152)**	**(1.008)**	**(5.025)**	**–**	**(114)**	**(46.150)**
Saldos contábeis, líquidos	**13.016**	**14.944**	**2.532**	**3.560**	**1.354**	**515**	**35.921**

13. Intangível

	Controladora e Consolidado		
	Custo com desenvolvimento de Software	**Software em andamento**	**Total**
Custo intangível bruto

IRB-Brasil Resseguros S/A

CNPJ 33.376.989/0001-91

(iv) Benefício pós-emprego - Auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R$ 1.344,87 para funeral simples, R$ 1.554,63 para cremação e R$ 2.640,80 para funeral com cremação.

15. Provisões para impostos e contribuições

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de Dezembro de 2015
CSLL a pagar	778	9.479
PIS/COFINS a pagar	9.309	4.792
Total	**10.087**	**14.271**

16. Débito de operações de resseguro e retrocessão

As contas de débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do País e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a pagar e dos débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

16.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de Dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de Dezembro de 2015
Operações com seguradoras	86.585	156.082	86.585	156.082
Operações com resseguradoras	687.853	676.759	688.115	677.078
Corretores de resseguros, retrocessões e outros	53.614	52.500	53.631	52.521
Outros débitos operacionais (*)	117.077	152.854	117.077	152.854
	945.129	**1.038.195**	**945.408**	**1.038.535**

(*) Referem-se a débitos da Companhia decorrentes de operações realizadas junto a Fundos e Consórcios.

16.2 Movimentação

16.2.1 Operação com seguradoras

	Controladora e Consolidado			
	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	751	155.137	194	156.082
Prêmios e juros de retrocessão pagos	(97)	–	–	(97)
Sinistro de resseguro a pagar	–	60.631	–	60.631
Sinistro de resseguro pagos	–	(124.067)	–	(124.067)
Outros pagos	–	–	(116)	(116)
Variação cambial	(170)	(5.642)	(36)	(5.848)
Saldos em 30 de junho de 2016	**484**	**86.059**	**42**	**86.585**
	Prêmios	**Sinistros**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	908	52.861	174	53.943
Prêmios e juros de retrocessão pagos	(342)	–	–	(342)
Sinistro de resseguro a pagar	–	1.890.438	–	1.890.438
Sinistro de resseguro pagos	–	(1.792.016)	–	(1.792.016)
Outros a pagar	–	–	103	103
Outros pagos	–	–	(97)	(97)
Variação cambial	185	3.854	14	4.053
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**751**	**155.137**	**194**	**156.082**

16.2.2 Operação com resseguradoras

				Controladora
	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	660.583	8.671	7.505	676.759
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	372.160	–	–	372.160
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(319.942)	–	–	(319.942)
Sinistro de resseguro a pagar	–	171.071	–	171.071
Sinistro de resseguro pagos	–	(147.768)	–	(147.768)
Outros a pagar	–	–	16.566	16.566
Outros pagos	–	–	(7.264)	(7.264)
Variação cambial	(76.840)	4.326	(1.216)	(73.729)
Saldo em 30 de junho de 2016	**635.961**	**36.300**	**15.591**	**687.853**
	Prêmios	**Sinistros**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	606.011	(16.409)	203	589.805
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	1.236.915	–	–	1.236.915
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(1.224.317)	–	–	(1.224.317)
Sinistro de resseguro a pagar	–	148.828	–	148.828
Sinistro de resseguro pagos	–	(116.424)	–	(116.424)
Outros a pagar	–	–	47.637	47.637
Outros pagos	–	–	(40.449)	(40.449)
Variação cambial	41.974	(7.324)	114	34.764
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**660.583**	**8.671**	**7.505**	**676.759**
				Consolidado
	Prêmios	**Sinistros**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	660.762	8.708	7.608	677.078
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	372.160	–	–	372.160
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(319.942)	–	–	(319.942)
Sinistro de resseguro a pagar	–	171.071	–	171.071
Sinistro de resseguro pagos	–	(147.768)	–	(147.825)
Outros a pagar	–	–	16.566	16.566
Outros pagos	–	–	(7.264)	(7.264)
Variação cambial	(76.840)	4.326	(1.216)	(73.729)
Saldo em 30 de junho de 2016	**636.140**	**36.337**	**15.694**	**688.115**
	Prêmios	**Sinistros**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	606.190	(16.372)	204	590.022
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	1.236.915	–	–	1.236.915
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(1.224.317)	–	–	(1.224.317)
Sinistro de resseguro a pagar	–	148.828	–	148.828
Sinistro de resseguro pagos	–	(116.424)	–	(116.424)
Outros a pagar	–	–	47.739	47.739
Outros pagos	–	–	(40.449)	(40.449)
Variação cambial	41.974	(7.324)	114	34.764
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**660.762**	**8.708**	**7.608**	**677.078**

17. Depósitos de terceiros

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito.

Cobrança antecipada de prêmios

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de Dezembro de 2015
Até 30 dias	6.708	2.679
Acima de 120 dias	238	238
	6.946	**2.917**

18. Provisões técnicas

18.1 Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição

							Controladora e Consolidado
							30 de junho de 2016
	Provisão de prêmios não ganhos			Custo de aquisição diferidos			Total
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	562.264	98.605	51.255	(39.620)	(16.606)	(5.366)	650.532
Riscos especiais	160.854	13.702	49.556	(16.570)	–	(3.734)	203.808
Responsabilidades	44.735	9.910	5.786	(4.477)	(1.484)	(648)	53.822
Cascos	607	–	–	(30)	–	–	577
Automóveis	4.813	3.058	246	(1.089)	(423)	(67)	6.538
Transportes	41.619	5.635	20.928	(3.916)	(654)	(2.336)	61.276
Riscos financeiros	154.052	30.961	20.321	(47.283)	(13.116)	(6.592)	138.343
Crédito	–	–	2	–	–	–	2
Pessoas	22.723	4.228	7.178	(38.579)	(179)	(410)	–5.039
Habitacional	2.841	4.552	66	(196)	(1.381)	(13)	5.869
Rural	126.435	97.376	5.625	(29.921)	(23.791)	(1.344)	174.380
Marítimo	42.440	6.420	16.775	(4.387)	(535)	(1.367)	59.346
Aeronáutico	47.074	12.540	22.297	(4.148)	(1.101)	(1.933)	74.729
Outros	249.954	121.742	–	(40.358)	(28.277)	–	303.061
	1.460.411	408.729	200.035	(230.574)	(87.547)	(23.810)	1.727.244

							Controladora e Consolidado
							31 de dezembro de 2015
	Provisão de prêmios não ganhos			Custo de aquisição diferidos			Total
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	514.625	73.781	58.730	(37.788)	(14.602)	(5.859)	588.887
Riscos especiais	291.668	1.432	54832	(28.621)	(2)	(4.479)	314.830
Responsabilidades	39.436	7.268	6.481	(4.696)	(1.007)	(843)	46.639
Cascos	672	–	–	(25)	–	–	647
Automóveis	6.228	5.697	315	(1.888)	(1.142)	(87)	9.123
Transportes	47.133	8.084	17706	(5.620)	(1.425)	(1.991)	63.887
Riscos financeiros	110.831	42.029	15343	(33.045)	(17.488)	(4.935)	112.735
Pessoas	25.276	2.711	169	(1.127)	(177)	(12)	26.840
Habitacional	2.529	6.498	33	(181)	(1.753)	(6)	7.120
Rural	182.267	73.584	3767	(44.019)	(17.788)	(903)	196.908
Marítimos	35.793	2.879	16.580	(3.408)	(559)	(1.275)	50.010
Aeronáuticos	57.855	10.476	22.497	(3.901)	(1.694)	(1.839)	83.394
Outros	269.537	154.643	–	(49.276)	(37.725)	–	337.179
	1.583.850	**389.082**	**196.453**	**(213.595)**	**(95.362)**	**(22.229)**	**1.838.199**

18.1.1 Movimentação

							Controladora e Consolidado
							30 de junho de 2016
	Provisão de prêmios não ganhos			Custo de aquisição diferidos			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.583.850	389.082	196.453	(213.595)	(95.362)	(22.229)	
Diferimento pelo risco	(388.240)	(138.158)	(30.485)	55.550	73.963	2.371	
Constituição	264.801	157.805	34.067	(72.529)	(66.148)	(3.952)	
Saldos em 31 de março de 2016	**1.460.411**	**408.729**	**200.035**	**(230.574)**	**(87.547)**	**(23.810)**	

							31 de dezembro de 2015
	Provisão de prêmios não ganhos			Custo de aquisição diferidos			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.231.331	387.388	194.197	(135.639)	(103.661)	(16.824)	
Diferimento pelo risco	(460.731)	(410.551)	(73.441)	64.240	82.705	9.446	
Constituição	813.250	412.245	75.697	(142.196)	(74.406)	(14.851)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.583.850**	**389.082**	**196.453**	**(213.595)**	**(95.362)**	**(22.229)**	

18.2 Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados

				30 de junho de 2016
	Controladora		Consolidado	
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Grupo de Ramos	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Patrimonial	2.113.330	326.051	2.113.330	326.051
Riscos especiais	119.517	17.810	119.517	17.810
Responsabilidades	610.934	28.502	610.934	28.502
Cascos	486.727	126.980	486.727	126.980
Automóveis	200.255	36.651	200.255	36.651
Transportes	267.196	49.659	267.196	49.659
Riscos financeiros	300.143	190.838	300.143	190.838
Crédito	20.168	2.661	20.168	2.661
Pessoas	125.579	41.334	125.579	41.334
Habitacional	21.742	17.787	21.742	17.787
Rural	305.619	97.383	305.619	97.383
Marítimo	77.590	18.650	77.590	18.650
Aeronáutico	235.681	109.665	235.681	109.665
Run-off (Londres) (*)	90.360	79.277	90.360	79.277
Outros	470.860	105.791	471.327	140.523
	5.445.701	**1.249.039**	**5.446.168**	**1.283.771**

				31 de dezembro de 2015
	Controladora		Consolidado	
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Grupo de Ramos	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Patrimonial	2.383.512	371.298	2.383.512	371.298
Riscos especiais	297.889	31.188	297.889	31.188
Responsabilidades	597.774	30.712	597.774	30.712
Cascos	610.430	57.413	610.430	57.413
Automóveis	200.367	40.720	200.367	40.720
Transportes	293.830	55.195	293.830	55.195
Riscos financeiros	350.056	233.104	350.056	233.104
Crédito	27.360	10.114	27.360	10.114
Pessoas	133.178	35.596	133.178	35.596
Habitacional	25.452	18.488	25.452	18.488
Rural	136.439	108.108	136.439	108.108
Marítimo	99.121	26.515	99.121	26.515
Aeronáutico	214.195	39.231	214.195	39.231
Run-off (Londres) (*)	119.299	98.361	119.299	98.361
Outros	433.411	109.857	434.432	153.599
	5.922.313	**1.265.900**	**5.923.334**	**1.309.642**

(*) Inclui reserva para risco de poluição ambiental, doenças e outros danos ocasionadas por vazamento de amianto. Essas estimativas compreendem um maior nível de incerteza em relação àquelas relacionadas aos demais riscos, em virtude de maior imprevisibilidade de ocorrência e desenvolvimento desse tipo de sinistro. Dessa forma, os valores finais podem variar significativamente, para mais ou para menos, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes.

18.2.1 Movimentação

				30 de junho de 2016
	Controladora		Consolidado	
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.922.313	1.265.900	5.923.334	1.309.642
Liquidação de sinistros	(1.313.956)	(211.537)	(1.314.510)	(220.547)
Constituição de provisão de sinistros	837.344	194.676	837.344	194.676
Saldos em 30 de junho de 2016	**5.445.701**	**1.249.039**	**5.446.168**	**1.283.771**

				30 de junho de 2016
	Controladora		Consolidado	
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.381.192	796.289	5.383.377	796.515
Liquidação de sinistros	(331.930)	(88.404)	(333.094)	(88.404)
Constituição de provisão de sinistros	873.051	558.015	873.051	601.531
Saldos em 30 de junho de 2015	**5.922.313**	**1.265.900**	**5.923.334**	**1.309.642**

18.3 Sinistros em disputa judicial

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica Sinistros a Liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou as divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Resseguradora.

Apresentamos, abaixo, os percentuais, atuarialmente calculados, por probabilidade de perda, e a correspondente provisão constituída:

						Controladora e Consolidado
						30 de junho de 2016
Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
Provável	740	528.118	41%	216.528	(103.696)	112.832
Possível	636	502.966	37%	186.097	(89.123)	96.975
Remota	217	1.269.909	5%	63.495	(30.408)	33.087
	1.593	**2.300.992**		**466.121**	**(223.227)**	**242.894**

						Controladora e Consolidado
						31 de dezembro de 2015
Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
Provável	796	463.013	44%	203.726	(98.363)	105.363
Possível	675	595.716	29%	172.757	(83.411)	89.347
Remota	240	1.023.748	6%	61.425	(29.657)	31.768
	1.711	**2.082.477**		**437.908**	**(211.431)**	**226.477**

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica Sinistros a Liquidar brutos de retrocessão, assim como, os valores a recuperar referentes à retrocessão estão classificados no grupamento "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas", na rubrica de Sinistros pendentes de pagamento.

18.3.1 *Aging* de sinistros judiciais

			Controladora e Consolidado
Aging	Bruto de retrocessão	Retrocessão	Líquido de retrocessão
De 121 a 180 dias	519	–	519
De 181 a 365 dias	19.879	(18.375)	1.504
Acima de 365 dias	445.723	(204.852)	240.871
	466.121	**(223.227)**	**242.894**

18.4 Outras provisões

A provisão para excedentes técnicos passou a ser constituída em 2009 para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos, e provisão de despesas relacionadas, constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros.

	Controladora e Consolidado	
Grupo de Ramos	30 de junho de 2016	31 de Dezembro de 2015
Patrimonial	15.248	17.352
Riscos especiais	1.065	1.728
Responsabilidades	13.544	11.757
Cascos	5.018	4.216
Automóveis	2.645	1.096
Transportes	1092	658
Riscos financeiros	19.324	14.739
Crédito	42	42
Pessoas	7.486	7.462
Habitacional	1.055	1.247
Rural	562	750
Marítimo	193	719
Aeronáutico	3.234	1.300
Outros	10.607	1.408
	81.115	**64.474**

19. Garantia das provisões técnicas

De acordo com a Resolução CMN nº 3.543, de 28 de fevereiro de 2008, as provisões técnicas da Resseguradora possuíam a seguinte cobertura, em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de Dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de Dezembro de 2015
Provisões Técnicas de Resseguros	**8.503.099**	**9.090.886**	**8.538.298**	**9.135.649**
(-) Ativos de retrocessão (*)	3.678.313	4.212.755	3.713.050	4.254.580
(+) Ativo redutor (*)	574.516	629.545	574.516	629.545
(-) Direitos creditórios (*)	781.615	512.833	781.615	512.833
Montante a ser garantido	4.617.687	4.994.843	4.618.149	4.997.781
Ativos dados em garantia:				
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	526.273	529.885	526.273	529.885
Quotas de fundos de investimentos	29.040	27.661	29.040	27.661
Letras financeiras do tesouro	3.320.074	2.519.054	3.320.074	2.519.054
Letras financeiras	240.765	224.661	240.765	224.661
Notas do tesouro nacional	520.942	590.585	520.942	590.585
Letras do Tesouro Nacional	108.403	1.127.106	108.403	1.127.106
Títulos da dívida soberana	339.513	360.923	339.513	360.923
Debentures	607	409	607	409
Time deposit	29.014	-	29.014	-
Total de ativos	**5.114.631**	**5.380.285**	**5.114.631**	**5.380.285**

(*) Para fins de identificação do saldo de provisões técnicas a serem cobertas por tais ativos, deve-se considerar o saldo passivo do grupo "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões" líquido do saldo ativo do grupo "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas (redutores)", referentes à parcela de retrocessão de risco.

20. Partes relacionadas

As principais transações realizadas pela Resseguradora com partes relacionadas (acionistas) em condições normais de mercado estão apresentadas a seguir.

							Controladora e Consolidado
	30 de junho de 2016		31 de dezembro de 2015		30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar	Resultado	Resultado	
Com participação acionária na Resseguradora							
Prêmios	588.764	96.679	746.155	160.614	941.856	469.875	
Indenizações e despesas com sinistros	50.953	40.631	29.520	79.912	(329.947)	(152.212)	
Comissões	–	57.967	–	96.749	(140.343)	(76.211)	
Outros	–	21.371	–	10.108	(6.833)	(42.460)	
	639.717	**216.648**	**775.675**	**347.383**	**464.733**	**198.993**	

Referem-se a operações de resseguros e retrocessões realizadas com empresas seguradoras que são acionistas desta Resseguradora, cujos montantes estão incluídos nos grupos "Créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "Débitos das operações com resseguros e retrocessões" no balanço patrimonial e nas respectivas contas registradas nas demonstrações do resultado.

20.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselhos e comitê da Companhia, em 30 de junho de 2016, é a seguinte:

Controladora e Consolidado

	Contas a pagar	Resultado
Em 30 de junho de 2016	**7.702**	**2.434**
Em 31 de dezembro de 2015	**11.812**	**15.652**

21. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

			Controladora e Consolidado
			30 de junho de 2016
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais			
COFINS	7.083	–	–
PIS	3.636	–	–
Contribuição social	387.389	–	371.250
Imposto de renda	1.528	–	–
ISS	1.025	–	–
Previdenciárias			
INSS	45.622	–	–
FGTS	1.176	–	–
Trabalhistas e cíveis			
Ações trabalhistas	26.689	45.254	–
Ações cíveis	14.945	2.251	–
Honorários	–	3.751	–
Não circulante	**489.093**	**51.256**	**371.250**

			Controladora e Consolidado
			31 de dezembro de 2015
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais			
COFINS	6.709	6.709	–
PIS	3.444	3.445	–
Contribuição social	369.247	–	353.107
Imposto de renda	1.447	55.899	–
ISS	986	–	–
Previdenciárias			
INSS	43.746	–	–
FGTS	1.155	–	–
Trabalhistas e cíveis			
Ações trabalhistas	29.970	48.184	–
Ações cíveis	17.338	2.195	–
Honorários	–	3.752	–
Não circulante	**474.042**	**120.184**	**353.107**

21.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

			Controladora e Consolidado
			30 de junho de 2016
	Quantidade	Valor em risco	Saldo (*)
Fiscal			
Provável	1	387.389	371.250
Possível	15	252.287	–
Remota	1	200	–
	17	**639.876**	**371.250**
Previdenciário			
Possível	10	66.691	–
Remota	2	18.578	–
	12	**85.269**	**–**
Trabalhista e cível			
Provável	77	47.505	47.505
Possível	88	37.046	3.751
Remota	22	8.412	–
	187	**92.963**	**51.256**

			Controladora e Consolidado
			31 de dezembro de 2015
	Quantidade	Valor em risco	Saldo (*)
Fiscal			
Provável	2	407.561	407.561
Possível	14	194.543	11.600
Remota	1	200	–
	17	**602.304**	**419.161**
Previdenciário			
Possível	10	64.815	–
Remota	2	18.578	–
	12	**83.393**	**–**
Trabalhista e cível			
Provável	79	50.379	50.379
Possível	83	34.701	3.751
Remota	22	7.786	–
	184	**92.866**	**54.130**

(*) O montante de R$ 371.250 (R$ 353.107 em 31 de dezembro de 2015) está registrado como contas a pagar - provisão para impostos e contribuições e o montante de R$ 51.256 (R$120.184 em 31 de dezembro de 2015) está registrado na rubrica passivo contingente.

As provisões contabilizadas na rubrica "Obrigações Fiscais" tratam-se de obrigações legais da Companhia que atuamente estão sob discussão judicial e, dessa forma, a liquidação das mesmas depende de decisões judiciais ainda não transitadas em julgado. Para essas obrigações legais, a Companhia provisiona 100% dos valores em risco, independente da classificação de perda pelos escritórios jurídicos patrocinadores das causas.

As provisões contabilizadas na rubrica "Outros débitos" tratam-se de questões de matérias interpretativas que se enquadram no conceito de passivo contingente de acordo com o "CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" e, dessa forma, a contabilização dos valores em risco somente são realizadas para as causas classificadas como risco provável. Para as causas de risco possível, a referida norma exige somente a divulgação em notas explicativas. Para as causas de risco remoto, não há necessidade de divulgação.

21.2 Movimentação das provisões para ações judiciais

						Controladora e Consolidado
	31 de dezembro de 2015	Adições	Atualizações monetárias	Baixas		30 de junho de 2016
Fiscais	**419.161**	**–**	**20.593**	**(68.504)**		**371.250**
COFINS (Nota 21.3.2)	6.709	–	438	(7.147)		–
PIS (Nota 21.3.2)	3.445	–	225	(3.670)		–
Contribuição Social (Nota 21.3.4)	353.108	–	18.142	–		371.250
Imposto de Renda (Nota 21.3.2)	55.899	–	1.788	(57.687)		
Trabalhistas e cíveis	**54.130**	**–**	**1.054**	**(3.928)**		**51.256**
Ações trabalhistas (21.3.3)	48.184	–	998	(3.928)		45.254
Cíveis	2.195	–	56	–		2.251
Honorários	3.751	–	–	–		3.751
Saldo Final do semestre	**473.291**	**–**	**21.647**	**(72.432)**		**422.506**

	31 de dezembro de 2014	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	31 de dezembro de 2015
Fiscais	**349.576**	**33.977**	**35.608**	**–**	**419.161**
COFINS (Nota 21.3.2)	6.021	–	688	–	6.709
PIS (Nota 21.3.2)	3.091	–	354	–	3.445
Contribuição Social (Nota 21.3.4)	286.867	33.977	32.264	–	353.108
Imposto de Renda (Nota 21.3.2)	53.597	–	2.302	–	55.899
Previdenciárias	**40.296**	**–**	**2.533**	**(42.829)**	**–**
INSS (21.3.1)	40.296	–	2.533	(42.829)	–
Trabalhistas e cíveis	**53.565**	**29.881**	**3.408**	**(32.725)**	**54.130**
Ações trabalhistas (21.3.3)	47.914	29.862	3.132	(32.725)	48.184
Cíveis	1.900	19	276	–	2.195
Honorários	3.751	–	–	–	3.751
Saldo Final do semestre	**443.437**	**63.858**	**41.549**	**(75.554)**	**473.291**

21.3 Ações fiscais

21.3.1 INSS e ISS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (ISS - Imposto Sobre Serviço), foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia impetrou recursos administrativos com vistas ao cancelamento das referidas penalidades. O montante questionado e atualizado atinge R$ 45.622 relativos aos Autos Lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras.

Com relação à discussão judicial referente ao adicional de 2,5% do INSS, a Companhia, em 30 de abril de 2010, foi instada a efetuar depósito judicial dos valores em discussão à época (R$23.291), tendo posteriormente, em 28 de maio de 2010, complementado tal depósito para inclusão de encargos legais (R$ 4.666). Os valores questionados referentes ao INSS encontram-se depositados judicialmente no referido montante atualizado de R$ 45.622. Considerando que o Recurso Extraordinário interposto pelo IRB Brasil RE se encontra suspenso desde 29 de março de 2010, sem nenhuma movimentação processual, bem como que a probabilidade de perda do referido processo permanece como possível, com base na avaliação do escritório externo, e na avaliação de baixa probabilidade de perda evidenciada pelos fatos e pelos andamentos processuais, a Companhia entende que, não há a obrigatoriedade de manutenção de provisão constituída, inclusive, que tais depósitos não foram efetuados por ordem judicial, mas somente para a emissão de certidão previdenciária do IRB Brasil RE à época.

Já com relação à execução fiscal de ISS, e diante das importantes conclusões constantes no laudo pericial acerca da matéria, emitido em novembro de 2012, que se apresentaram extremamente favoráveis aos interesses da Companhia, os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda. Os consultores jurídicos da Companhia classificam como possível a probabilidade de perda em ambas as demandas judiciais (INSS e ISS).

21.3.2 Compensação de Créditos de Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL) e Fundo de Investimento Social - Finsocial

Em outubro de 2001, a Companhia protocolou Pedidos de Restituição/Compensação dos valores pagos a título de ILL, no período de 31 de dezembro de 1988 a 31 de dezembro de 1992, e de FINSOCIAL, no período de outubro de 1989 a fevereiro de 1992, cuja declaração de inconstitucionalidade já havia sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Nos exercícios de 2001 e 2002, a Companhia efetuou a compensação dos referidos créditos tributários com débitos vincendos de tributos federais. Em novembro de 2001, a Receita Federal indeferiu os citados pedidos de restituição, alegando extinção do direito do crédito tributário. Posteriormente, a Companhia recorreu da decisão junto ao Conselho de Contribuintes, obtendo, em ambos os casos, decisões favoráveis em julgamentos de recursos pelo citado Conselho.

Com relação especificamente ao processo administrativo de ILL, a Companhia obteve êxito na discussão de mérito envolvida, estando pendente apenas a discussão em relação à forma de atualização dos valores dos créditos tributários propriamente ditos, obtendo ganho parcial do direito creditório para os valores de ILL (o valor histórico da compensação aceita pela Receita Federal do Brasil totaliza R$ 20.291 em março de 2002), sendo homologada parte das compensações efetuadas.

Nesse sentido, diante da decisão definitiva na esfera administrativa, a Companhia ajuizou, em março de 2014, ação para pleitear judicialmente a parcela do valor dos créditos que não foram reconhecidos pela Receita Federal do Brasil. Desta forma, a Companhia optou por realizar em 28 de março de 2014, depósitos judiciais das quantias cobradas por meio dos aludidos débitos, para suspensão da exigibilidade dos mesmos, nos valores de R$ 5.573 para COFINS, R$ 2.861 para PIS e R$ 1.202 para IR. Os referidos depósitos, atualizados até junho de 2016, somam R$ 7.083, R$ 3.636 e R$ 1.527, respectivamente.

Já com relação ao processo administrativo de FINSOCIAL, a Companhia recebeu, em fevereiro de 2007, notificação para pagamento do valor de R$ 33.836, de crédito de FINSOCIAL compensados com débitos de imposto de renda, tendo impetrado Mandado de Segurança, suspendendo a exigibilidade dos referidos débitos fiscais até que haja uma decisão definitiva na esfera administrativa. Importante ressaltar que a suspensão dos referidos débitos fiscais foi deferida pelo juiz, sem a necessidade da Companhia efetuar depósito judicial do referido valor.

Considerando a jurisprudência do STF (RE nº 566.621), em regime de repercussão geral, acerca do prazo prescricional aplicável aos pedidos de restituição de créditos fiscais pleiteados anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 118/2005 (10 anos, consubstanciados na tese dos 5 mais 5, sendo cinco para homologar e mais cinco para repetir), a Companhia entende que a procedência da referida compensação é praticamente certa e portanto reverteu, em junho de 2016, a provisão de IRPJ no montante de R$ 57.687, os quais tinha

IRB-Brasil Resseguros S/A

CNPJ 33.376.989/0001-91

Importante ressaltar que a Companhia optou por não mais efetuar depósitos judiciais da parcela controversa da referida contribuição, mas sim passar a recolher, mensalmente aos cofres públicos, o valor integral da contribuição devida (20%), ou seja, tanto a parcela incontroversa (9%) quanto a parcela controversa (11%).

22. Provisões trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Provisão para férias e décimo terceiro	9.900	7.209
Provisão para licença prêmio e previdência privada	3	3
	9.903	**7.212**

23. Patrimônio líquido

23.1 Capital

Em 29 de dezembro de 2014, a 47ª Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil RE, aprovou o desdobramento das ações, na proporção de 300 (trezentas) ações ordinárias para cada atual ação ordinária de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração em sua reunião de 24 de outubro de 2014, perfazendo o capital social, representado por 312.000.000 (trezentos e doze milhões) de ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial da classe especial de titularidade da União.

Em 30 de junho de 2016, a participação acionária do IRB Brasil RE está composta da seguinte forma:

Acionista	ON	% participação do capital votante
Ministério da Fazenda	36.458.237	11,73%
Banco do Brasil	63.726.600	20,51%
Bradesco	63.726.600	20,51%
Grupo Itaú (Itaú Seguros e Itaú Vida)	46.605.000	15,00%
FIP - Caixa Barcelona	30.743.700	9,90%
Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo	49.161.763	15,82%
Outros	20.277.000	6,53%
	310.698.900	**100,00%**

23.2 Ações em tesouraria

Em setembro de 2013 a Companhia adquiriu 1.301.100 (um milhão, trezentos e um mil e cem ações) de sua emissão, que representam R$ 10.531, pertencentes ao então acionista Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP. Em 31 de julho de 2014 a Companhia adquiriu 283.500 (duzentos e oitenta e três mil e quinhentas ações) de sua emissão, pertencentes ao então acionista Caixa Geral S.A. - Seguradora, que somadas passam a 1.584.600 ações, que representam um total de R$ 12.956.

23.3 Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, tendo como limite 20% do capital social, nos termos da Lei no 6.404 de 16 de dezembro de 1976. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva para reinvestimento é constituída com base na proposta dos órgãos da administração da Companhia com base em previsão orçamentária, e deliberada pela assembleia-geral para retenção de parcela do lucro líquido do exercício com base no art. 196, parágrafo 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. O saldo desta reserva limita-se ao capital social da Companhia e destina-se a realização de projetos de investimentos.

A Companhia antecipou no período remuneração aos acionistas a título de juros sobre capital, no valor de R$ 113.800 à conta de reserva de lucros.

23.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Saldo no início do período	(80.405)	(28.788)
Ganho (perda) líquido originada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no período	93.726	(19.791)
Ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas	131	15
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(20.458)	37.144
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego - Controladas	479	(196)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	(42.177)	7.916
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	8.412	(14.857)
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior	(237)	3.073
Saldo no final do período	**(40.529)**	**(15.484)**

As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

23.5 Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do semestre aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do semestre pela média ponderada das ações em circulação no semestre. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Numerador		
Lucro líquido do semestre	414.336	342.361
Denominador (quantidade de ações em unidades)	310.698.900	310.698.900
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação		
Lucro por ação	**1,33**	**1,10**

A Resseguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

24. Detalhamento das contas de resultado

Em 30 de junho de 2016 e 2015, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

24.1 Prêmios ganhos - Principais grupos de atuação

	Controladora e Consolidado					
	30 de junho de 2016					
	Prêmios Emitidos Bruto	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras Provisões técnicas	Prêmios ganhos
Patrimonial	708.125	(51.883)	(97.190)	4.050	(1.761)	561.341
Riscos Especiais	147.110	(391)	69.002	(7.686)	(311)	207.724
Responsabilidade	73.926	(4.260)	(9.257)	366	(3)	60.772
Cascos	1.054	-	57	5	-	1.116
Automovel	12.948	(2.631)	4.123	(1.538)	(8)	12.894
Transportes	107.426	(11.181)	(172)	(1.714)	(278)	94.081
Riscos financeiros	140.996	(43.079)	(39.970)	11.774	(4.205)	65.516
Crédito	(1.899)	570	(4)	1	-	(1.332)
Pessoas	170.342	(50.439)	(7.511)	37.856	(19)	150.229
Habitacional	35.625	(5.641)	1.601	(350)	90	31.325
Rural	380.490	(90.599)	30.182	(7.655)	328	312.746
Marítimo	75.839	(1.773)	(19.818)	1.926	5	56.179
Aeronáutico	80.596	(6.121)	(5.338)	886	(281)	69.742
Outros (*)	594.160	(86.068)	(35.216)	(1.308)	(11.703)	459.865
Total	**2.526.738**	**(353.496)**	**(109.511)**	**36.613**	**(18.146)**	**2.082.198**

	Controladora e Consolidado					
	30 de junho de 2015					
	Prêmios Emitidos Bruto	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras Provisões técnicas	Prêmios ganhos
Patrimonial	608.661	(38.415)	11.330	(1.042)	(4.937)	575.597
Riscos Especiais	198.506	(3.029)	(20.823)	2.398	106	177.158
Responsabilidade	47.789	(2.446)	(4.978)	(95)	-	40.270
Cascos	1.231	20	511	4	5	1.771
Automovel	15.394	(2.452)	(1.993)	(33)	58	10.974
Transportes	99.103	(14.635)	5.984	94	506	91.052
Riscos financeiros	103.033	(30.084)	(23.627)	8.782	1.468	59.572
Crédito	(919)	93	564	(53)	481	166
Pessoas	93.627	(5.355)	(20.408)	1.495	12.972	82.331
Habitacional	72.113	(15.138)	(7.133)	2.222	3.384	55.448
Rural	214.149	(54.242)	68.009	(14.564)	(1.434)	211.918
Marítimo	68.538	(3.129)	(8.333)	283	12	57.371
Aeronáutico	85.525	(7.750)	395	2.320	18	80.508
Outros (*)	400.422	(70.155)	(92.762)	13.604	(2)	251.107
Total	**2.007.172**	**(246.717)**	**(93.264)**	**15.415**	**12.637**	**1.695.243**

(*) Refere-se principalmente a riscos aceitos no exterior e sucursais no exterior.

24.2 Sinistros ocorridos - Principais grupos de atuação

	Controladora e consolidado			
	30 de junho de 2016			
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(366.172)	8.322	24.923	(332.927)
Riscos especiais	94.279	-	8.613	102.892
Responsabilidade	(71.988)	-	1.874	(70.114)
Cascos	(7.897)	-	(82.797)	(90.694)
Automóvel	(29.648)	747	3.918	(24.983)
Transportes	(67.056)	14.921	1.354	(50.781)
Riscos financeiros	11.152	866	42.089	54.107
Crédito	(1.654)	9.878	7.454	15.678
Pessoas	(71.676)	-	(5.742)	(77.418)
Habitacional	(3.868)	-	774	(3.094)
Rural	(327.340)	18	10.735	(316.587)
Marítimo	(28.780)	303	5.808	(22.669)
Aeronáutico	(121.411)	21.965	(79.104)	(178.550)
Outros	(320.293)	615	(16.635)	(336.313)
Total	**(1.312.352)**	**57.635**	**(76.736)**	**(1.331.453)**

	Controladora e consolidado			
	30 de junho de 2015			
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(266.276)	1.804	(115.950)	(380.422)
Riscos especiais	(21.973)	–	(4.602)	(26.575)
Responsabilidade	(12.750)	–	(13.019)	(25.769)
Cascos	5.666	33	(19.519)	(13.820)
Automóvel	(34.511)	13	3.446	(31.052)
Transportes	(42.021)	4.498	(3.421)	(40.944)
Riscos financeiros	126.735	10.106	(81.719)	55.122
Crédito	(900)	1.916	(5.331)	(4.315)
Pessoas	(57.274)	–	(3.437)	(60.711)
Habitacional	(8.910)	–	600	(8.310)
Rural	(170.732)	11	3.961	(166.760)
Marítimo	(10.801)	9	(7.015)	(17.807)
Aeronáutico	(66.552)	117	(7.768)	(74.203)
Outros	(126.420)	2.712	(151)	(123.859)
Total	**(686.719)**	**21.219**	**(253.925)**	**(919.425)**

24.3 Custo de aquisição

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Patrimonial	(9.879)	(8.822)
Riscos especiais	(6.724)	(14.781)
Responsabilidades	(1.364)	(1.445)
Cascos	(53)	(31)
Automóvel	(331)	(342)
Transportes	(3.291)	(3.303)
Risco financeiro	(510)	(552)
Pessoas	(325)	(579)
Habitacional	(82)	(35)
Rural	(309)	(100)
Marítimo	(4.436)	(15.143)
Aeronáutico	(2.457)	(2.254)
Outros	(27.799)	(2.576)
Total	**(57.560)**	**(49.963)**

24.4. Resultado com retrocessão

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Receitas com retrocessões	**293.465**	**196.843**
Recuperação de sinistros ocorridos	234.184	18.639
Recuperação de IBNR	59.281	178.204
Despesas com retrocessões	**(630.504)**	**(628.265)**
Prêmios Cedidos em Retrocessão	(725.437)	(662.563)
Comissão sobre Prêmios Cedidos em Retrocessão	50.403	58.299
Variação das provisões técnicas - Prêmio Cedido	44.093	(10.950)
Variação das provisões técnicas - Comissão Cedida	437	(13.051)
Salvados e ressarcidos ao retrocessionário	**(37.032)**	**(11.368)**
Demais resultados com retrocessão	**10.378**	**1.695**
Total de resultado com retrocessão	**(363.693)**	**(441.095)**

24.5. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Participação em resultados operacionais - resseguro e retrocessão	(17.424)	(22.279)	(17.424)	(22.279)
Recuperação do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (*)	–	33.061	–	33.061
Reversão (Constituição) de provisão para riscos de crédito	31.718	(24.741)	31.718	(24.741)
Recuperação (perdas) de outras receitas de resseguro	612	575	612	575
Despesa com inspeção de riscos	(1.118)	(1.394)	(1.118)	(1.394)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.154)	(16.279)	(1.277)	(14.940)
Total	**11.634**	**(31.057)**	**12.511**	**(29.718)**

(*) Até 2014, o IRB Brasil RE na qualidade de participante do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural possuía uma proteção para o segmento agrícola mediante a participação no Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). Dessa forma, a Companhia possuía uma obrigação com o referido fundo, referente a assunção de riscos em nome da Resseguradora. Em 2015, a Companhia optou pela proteção diretamente com os seus contratos de retrocessão, deixando de participar do Fundo.

24.6. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Pessoal próprio	(51.375)	(63.032)	(64.023)	(76.527)
Provisão de benefícios pós-emprego	(1.481)	(11.245)	(1.481)	(11.245)
Serviços de terceiros	(23.611)	(22.744)	(23.653)	(22.779)
Localização e funcionamento	(21.320)	(16.973)	(21.513)	(17.133)
Publicidade e propaganda	(5.644)	(1.453)	(5.644)	(1.453)
Despesas judiciais	(176)	(185)	(200)	(185)
Multas	(58)	(48)	(58)	(48)
Outras despesas	(7.926)	(3.966)	(8.987)	(4.922)
Total	**(111.591)**	**(119.646)**	**(125.559)**	**(134.292)**

24.7. Despesas com tributos

	Controladora	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
COFINS	(44.264)	(28.281)
PIS/PASEP	(7.712)	(5.011)
Provisões tributárias - Líquidas	(2.112)	(1.632)
Taxas de fiscalização da SUSEP	(1.269)	(923)
Impostos sobre propriedades	(11.187)	–
Impostos e Contribuições com filiais no exterior	(5.061)	(6.720)
Outros	(6.983)	(4.189)
Total	**(78.588)**	**(46.756)**

	Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
COFINS	(44.264)	(28.281)
PIS/PASEP	(7.712)	(5.011)
Provisões tributárias - Líquidas	(2.112)	(1.632)
Taxas de fiscalização da SUSEP	(1.269)	(923)
Impostos sobre propriedades	(11.187)	–
Impostos e Contribuições com filiais no exterior	(5.061)	(6.720)
Outros	(7.309)	(4.189)
Total	**(78.914)**	**(46.756)**

24.8. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Títulos e valores mobiliários	157.071	521.743	157.970	523.648
Valor justo por meio do resultado	(98.147)	143.390	(98.147)	142.655
Disponível para venda	241.981	276.343	242.880	278.984
Mantidos até o vencimento	13.237	102.010	13.237	102.009
Operações de resseguros	257.663	(104.514)	257.663	(104.514)
Oscilação cambial contas bancárias	(20.240)	6.631	(20.240)	6.631
Correção monetária e demais encargos financeiros	39.970	(2.014)	39.970	(3.231)
Juros	(800)	714	(800)	714
Outros	657	1.195	657	1.195
Total	**434.321**	**423.755**	**435.220**	**424.443**

Receitas financeiras

Descrição	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Valorização de quotas de fundos de investimentos	28.696	54.086	28.799	54.086
Títulos de renda fixa - privados	45.953	336.227	45.953	338.132
Títulos de renda fixa - públicos	307.459	251.483	307.459	251.483
Operações de resseguros	338.079	195.835	338.079	195.835
Oscilação cambial contas bancárias	109	22.096	109	22.096
Correção monetária e demais encargos financeiros	91.040	43.520	91.040	41.619
Juros	874	902	874	902
Outras	2.215	1.253	2.215	1.253
Total	**814.425**	**905.402**	**814.528**	**905.406**

Despesas financeiras

Descrição	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos	(225.037)	(120.053)	(224.241)	(120.053)
e de títulos públicos e privados				
Operações de resseguros	(80.416)	(300.349)	(80.416)	(300.349)
Oscilação cambial contas bancárias	(20.349)	(15.465)	(20.349)	(15.465)
Correção monetária e demais encargos financeiros	(51.070)	(45.534)	(51.070)	(44.850)
Juros	(1.674)	(188)	(1.674)	(188)
Outras	(1.558)	(58)	(1.558)	(58)
Total	**(380.104)**	**(481.647)**	**(379.308)**	**(480.963)**

24.9. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Receita operacionais diretas resultantes de propriedade para investimento	16.665	22.161	25.583	22.161
Despesas operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento	(1.794)	(2.768)	(1.794)	(2.768)
Equivalência patrimonial	6.766	291	-	-
Reversão (provisão) para impairment investimento (*)	202	(21.735)	202	(21.735)
Outras receitas patrimoniais	176	197	176	234
Outras despesas patrimoniais	(320)	(48)	(1.036)	(48)
Total	**21.695**	**(1.902)**	**23.131**	**(2.156)**

(*) A Companhia contabilizou a provisão para desvalorização de investimentos de 100% de sua participação na IRB International Corporation and Subsidiaries, cujo saldo contábil em 30 de junho de 2016 totaliza em R$ 20.821 (R$ 23.199 em 31 de dezembro de 2015), em decorrência da baixa expectativa de realização do ativo líquido a valor de mercado, conforme laudo preparado por consultotia independente.

24.10. Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	30 de junho de 2016		30 de junho de 2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL	595.054	595.054	496.250	496.250
Alíquotas nominais vigentes	25%	20%	25%	15%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(148.764)	(119.011)	(124.062)	(74.438)
Adições e exclusões permanentes				
Incentivo licença maternidade	(24)	(20)	(13)	(8)
Remuneração administradores	(57)	(46)	(814)	(488)
Juros sobre capital próprio	28.450	22.760	19.750	11.850
Incentivos fiscais	(854)	(683)	(207)	(124)
Dedução IR corrente incentivos/acertos	2.499	–	1.190	–
Encargos de depreciação e amortização	(240)	(192)	(406)	(243)
Perdas em operações realizadas no exterior	(42)	(33)	(20)	(12)
Outras adições/exclusões	(1.777)	(3.439)	2.304	1.383
Participações Societária	4.611	3.689	7.388	4.433
Provisão para Perda (plano saúde pré 68	660	528	(845)	(507)
Seguro Rural	2.658	–	–	–
Reversão de provisão de IR (Nota 21.3.1)	28.637	–	–	–
IR e CS na demonstração do resultado	**(84.242)**	**(96.447)**	**(95.735)**	**(58.154)**
Correntes	(50.953)	(67.678)	(113.747)	(68.962)
Diferidos	(33.289)	(28.769)	18.012	10.808

	Consolidado			
	30 de junho de 2016		30 de junho de 2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL	595.922	595.922	496.297	496.297
Alíquotas nominais vigentes	25%	20%	25%	15%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(148.981)	(119.184)	(124.074)	(74.445)
Adições e exclusões permanentes				
Incentivo licença maternidade	(24)	(20)	(13)	(8)
Remuneração administradores	(57)	(46)	(814)	(488)
Juros sobre capital próprio	28.450	22.760	19.750	11.850
Incentivos fiscais	(854)	(683)	(207)	(124)
Dedução IR corrente incentivos/acertos	2.499	–	1.142	–
Encargos de depreciação e amortização	(240)	(192)	(406)	(243)
Perdas em operações realizadas no exterior	(42)	(33)	(8)	(5)
Outras adições/exclusões	(2.192)	(3.502)	2.305	1.383
Participações Societária	4.611	3.689	7.388	4.433
Provisão para Perda (plano saúde pré 68	660	528	(845)	(507)
Seguro Rural	2.658	–	–	–
Reversão de provisão de IR (Nota 21.3.1)	28.637	–	–	–
IR e CS na demonstração do resultado	**(84.874)**	**(96.683)**	**(95.782)**	**(58.154)**
Correntes	(51.585)	(67.914)	(113.794)	(68.962)
Diferidos	(33.289)	(28.769)	18.012	10.808

Lei nº 13.169/2015

Em 6 de outubro de 2015 a Medida Provisória nº. 675 foi convertida na lei nº 13.169/2015 e aumentou a alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas, definidas no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.212/1991, quais sejam, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas.

Dessa forma, a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, válido a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15%.

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 30 de junho de 2016
Ativo fiscal diferido						
Provisões trabalhistas	130.740	29.706		29.706	–	160.446
Provisão para desvalorização do investimento	109.256	–	(6.466)	(6.466)	–	102.790
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	135.969	–	(31.122)	(31.122)	–	104.847
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	72.886	–	(17.505)	(17.505)	–	55.381
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	72.769	–	(42.177)	–	(42.177)	30.592
Ganhos ou perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(33.382)	11.782		3.370	8.412	(21.600)
Provisão para contingências trabalhistas	21.684	–	(1.794)	(1.794)	–	19.890
Ajuste a valor de mercado - Investimento	18.847	–	(39.606)	(39.606)	–	(20.759)
Outras provisões	4.328	11.265	–	11.265	–	15.593
Total ativo fiscal diferido	**533.097**	**52.753**	**(138.670)**	**(52.152)**	**(33.765)**	**447.180**
Passivo fiscal diferido						
Atualização depósitos judiciais	(52.406)	–	(9.903)	(9.903)	–	(62.309)
Total passivo fiscal diferido	**(52.406)**	**–**	**–**	**(9.903)**	**–**	**(62.309)**
Total líquido	**480.691**	**52.750**	**(148.573)**	**(62.058)**	**(33.765)**	**384.871**

25. Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria. As contribuições feitas pela Companhia à PREVIRB, em 2016, incluindo o Plano Pré-68 (benefícios pagos aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968), totalizaram R$ 11.673 (R$ 20.066 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, a Companhia oferece os seguintes benefícios:

a. Custeio integral dos benefícios de Complementação de Aposentadoria e de Pecúlio por Morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de Melhoria de Complementação de aposentadoria para os servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.
b. Plano de saúde de autogestão para funcionários ativos e aposentados. Para os funcionários admitidos até 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir daquele ano, só podem ser considerados dependentes os cônjuges e os filhos. Para este grupo, o IRB Brasil RE arca com 50% do custeio do plano e os funcionários com a outra parcela equivalente aos outros 50%. A contribuição do funcionário é descontada mensalmente de seu salário e varia conforme a data de admissão e a faixa etária.
c. Auxílio Funeral para os funcionários admitidos até 31 de outubro de 1996. O benefício é limitado ao valor de R$ 1.344,87 para funeral simples, R$ 1.554,63 para cremação e R$ 2.640,80 para funeral com cremação.
d. Seguro de Vida para os funcionários admitidos até 1998, onde o IRB Brasil RE arca com 100% do prêmio e, para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50% do prêmio. A participação do funcionário é opcional.

A partir do método do crédito unitário projetado, foram realizadas as recentes Avaliações Atuariais dos ativos dos planos e do valor presente da obrigação dos benefícios oferecidos. As avaliações de 2016 e 2015 foram realizadas pelas atuárias do IRB Brasil RE Debora Pereira Tavares, MIBA 2011 e Fernanda Pinheiro Gomes, MIBA 1894.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
Hipóteses econômicas	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Taxa real de desconto (*)	6,25%	7,50%	6,25%	7,50%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	INPC + 6,25% a.a.	INPC + 4,00% a.a.	INPC + 6,25% a.a.	INPC + 7,50% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de beneficiário do INSS	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano		Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrandos	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Plano A: Não adotada Plano B: 1,25% até os 60 anos	Plano A: Não adotada Plano B: 1,25% até os 60 anos	Plano Médico: 1;25% até os 60 anos Demais Planos: Não se aplica	Plano Médico: 1;25% até os 60 anos Demais Planos: Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios do INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses demográficas				
Tábua de sobrevivência	AT-2000 MALE e FEMALE	AT-2000 MALE e FEMALE	AT-2000 MALE e FEMALE	AT-2000 MALE e FEMALE
Tábua de entrada em invalidez	MI-85 ÁLVARO	MI-85	MI-85 ÁLVARO	MI-85 ÁLVARO
Tábua de entrada de invalidez	VINDAS	ÁLVARO VINDAS	VINDAS	VINDAS

(*) A taxa de desconto foi apurada de acordo com a instrução da CVM 695, sendo utilizado como base a taxa de títulos do títulos públicos federais (NTN-B) com a indexação e o prazos esperados das obrigações de benefício pós-emprego.

25.1. Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável, a partir de 2004). Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

A despesa total incorrida pela Companhia foi de R$ 2.470 (R$ 4.475 em 31 de dezembro de 2015), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial foi apurado um superávit técnico de R$ 37.321 (R$ 20.645 em 31 de dezembro de 2015) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi contabilizado na patrocinadora.

25.2 Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e Plano Pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esses planos, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estipêndio mensal, apurado na data de sua aposentadoria.

Plano A

A despesa total incorrida pela Companhia foi de R$ 9 (R$ 55 em 31 de dezembro de 2015), reconhecida na demonstração do resultado, e refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

Foi apurado um superávit técnico de R$ 852.162 (R$ 692.912 em 31 de dezembro de 2015) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi contabilizado na patrocinadora.

A movimentação no valor justo da obrigação do plano A no semestre atual é apresentada a seguir:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	983.964	1.303.641
Custo dos serviços correntes	–	167
Custo dos juros	62.504	109.040
(Ganho Perda atuarial)	18.545	(334.234)
Benefícios pagos	(51.137)	(94.650)
Valor presente das obrigações atuariais	**1.013.876**	**983.964**

A movimentação no valor justo dos ativos do plano A no semestre atual é apresentada a seguir:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor justo inicial dos ativos do plano	1.676.876	1.631.218
Retorno ocorrido nos investimentos	112.546	137.641
Contribuições do empregador	(51.137)	54
Contribuições dos participantes do plano	9	2.545
Benefícios pagos	36	(94.650)
Retorno sobre os ativos	127.708	68
Valor justo final dos ativos do plano	**1.866.038**	**1.676.876**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.013.876)	(983.964)
Valor justo dos ativos do plano	1.866.038	1.676.876
Situação Financeira	852.162	692.912
Efeito do teto de ativos	(852.162)	(692.912)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**–**	**–**

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas do Plano A da PREVIRB:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Disponível	52	116
Realizável de investimentos		
Títulos públicos	1.271.417	1.208.647
Créditos privados e depósitos	413.349	380.379
Ações	26.126	26.626
Fundos de investimentos	90.102	92.625
Investimentos imobiliários	86.905	87.747
Empréstimos e financiamentos	5.343	4.707
	1.893.294	**1.800.847**
Exigível operacional de investimentos		
Empréstimos e financiamentos		(91)
Outras exigibilidades (IOF) / Aluguéis e Renda	(10)	(5)
	(10)	**(96)**
Exigível contingencial de investimentos	**(22.600)**	**(22.509)**
Recursos garantidores	**1.870.684**	**1.778.242**

Plano Pré-68

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 274 integrantes, em 30 de junho de 2016 (285 em 31 de dezembro de 2015), sendo 262 aposentados e 12 pensionistas, com média de idade de 83,13 anos (82,84 anos em 31 de dezembro de 2015).

A despesa total incorrida pela Companhia para o Plano foi de R$ 9.191 (R$ 15.536 em dezembro de 2015) e refere

IRB-Brasil Resseguros S/A

CNPJ 33.376.989/0001-91

Os valores apurados no resultado de junho de 2016 e os valores projetados para o exercício de julho de 2016 a maio de 2017 são apresentados a seguir:

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Custo dos serviços correntes	345	425
Custo dos juros	21.810	25.736
Valor esperado de contribuições dos empregados	(3.244)	-
Despesa no final do semestre	**18.911**	**26.161**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(189.549)	(190.576)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(189.549)**	**(190.576)**

Auxílio funeral

A movimentação no valor presente da obrigação do Auxílio Funeral no semestre atual é apresentada a seguir:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.360	1.733
Custo dos juros	91	164
(Ganho)/Perda atuarial	140	(478)
Benefícios pagos	(29)	(59)
Valor presente das obrigações atuariais	**1.562**	**1.360**

A movimentação no valor justo dos ativos do Auxílio Funeral no semestre atual é apresentada a seguir:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Contribuições do empregador	29	59
Benefícios pagos	(29)	(59)
Valor justo final dos ativos do plan	**–**	**–**

Os valores apurados no resultado de junho de 2016 e os valores projetados para o exercício de julho de 2016 a maio de 2017 são apresentados a seguir:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Custo dos juros	182	175
Despesas no final do período	**182**	**175**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir.

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.562)	(1.360)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(1.562)**	**(1.360)**

Seguro de vida em grupo

A movimentação no valor presente da obrigação do seguro de vida no semestre atual é apresentada a seguir:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	969	1.347
Custo dos juros	57	123
(Ganho)/Perda atuarial	44	(364)
Benefícios pagos	(67)	(137)
Valor presente das obrigações atuariais	**1.003**	**969**

A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de Vida no semestre atual é apresentada a seguir:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Contribuições do empregador	67	137
Benefícios pagos	(67)	(137)
Valor justo final dos ativos do plano	**–**	**–**

Os valores apurados no resultado junho de 2016 e os valores projetados para o exercício de julho de 2016 a maio de 2017 são apresentados a seguir:

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Custo dos juros	113	121
Despesa (receita) no final do semestre	**113**	**121**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.003)	(969)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(1.003)**	**(969)**

25.4. Obrigação total do IRB-Brasil RE

A seguir é apresentada a abertura da provisão relativa a benefícios pós-emprego a cargo do IRB-Brasil RE entre Circulante e Não Circulante:

Contudo, desde de dezembro de 2015, em função do Contrato de Dívida firmado entre o IRB-Brasil RE e a PREVIRB, existe um passivo complementar que representa a diferença entre o valor do Contrato de Dívida (R$ 170.443) e o valor apurado para fins de CVM, conforme apresentado acima (R$138.495). Atualmente, esta diferença é de R$ 31.948 e sua abertura entre Circulante e Não Circulante é demonstrada a seguir:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	1.936	3.571
	1.936	**3.571**
Não Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	30.012	47.093
	30.012	**47.093**

Desta forma, o passivo total registrado é apresentado a seguir:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	22.971	20.431
Assistência médica e odontológica	12.597	13.789
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados	2.506	1.132
Seguro de vida em grupo	125	129
Auxílio funeral	108	101
	38.307	**35.582**
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	147.472	150.012
Assistência médico e odontológica	176.952	176.787
Seguro de vida em grupo	877	839
Auxílio funeral	1.455	1.259
	326.756	**328.897**

25.5. Consolidação dos efeitos – Benefício Pós Emprego

Estão apresentados a seguir os valores consolidados quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

	Benefício Definido		Outros Benefícios		Outras Provisões (PEONA)		Total	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Custo do Serviço	–	–	414	414	–	–	414	414
Custo dos Juros	7.787	6.729	11.053	10.816	–	–	18.840	17.545
Benefícios Pagos	(9.194)	–	(12.592)	(6.341)	–	–	(21.786)	(6.341)
Outras movimentações	–	–	(324)	(496)	1.375	123	1.051	(373)
Total Valores Reconhecidos	**(1.406)**	**6.729**	**(1.449)**	**4.393**	**1.375**	**123**	**(1.481)**	**11.245**

Total dos Valores Reconhecidos na Demonstração dos Resultados Abrangentes

	Benefício Definido		Outros Benefícios		Outras Provisões (PEONA)		Total	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
(Ganhos)/Perdas Atuariais	20.123	(10.675)	335	(26.469)	–	–	20.458	(37.144)
Total Valores Reconhecidos	**20.123**	**(10.675)**	**335**	**(26.469)**	**–**	**–**	**20.458**	**(37.144)**

25.6. Análise de Sensibilidade

Em consonância com o CPC33, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

PCAM	**Taxa real**	5,50%	6,00%	7,00%	8,00%
	Taxa nominal (*)	11,31%	11,84%	12,90%	13,95%
	Obrigação de benefício definido	205.453	194.615	175.606	159.541
	Impacto com o cenário principal	15.904	5.066	-13.943	-30.008
PLANO A	**Taxa real**	5,50%	6,00%	7,00%	8,00%
	Taxa nominal (*)	11,31%	11,84%	12,90%	13,95%
	Obrigação de benefício definido	1.075.319	1.034.357	952.433	870.509
	Impacto com o cenário principal	61.443	20.481	-61.443	-143.367
PLANO B	**Taxa real**	5,50%	6,00%	7,00%	8,00%
	Taxa nominal (*)	11,31%	11,84%	12,90%	13,95%
	Obrigação de benefício definido	59.913	57.268	51.979	46.689
	Impacto com o cenário principal	3.967	1.322	-3.967	-9.257
PRE 68	**Taxa real**	5,50%	6,00%	7,00%	8,00%
	Taxa nominal (*)	11,31%	11,84%	12,90%	13,95%
	Obrigação de benefício definido	145.110	140.640	132.399	124.986
	Impacto com o cenário principal	6.614	2.144	-6.096	-13.510
Auxílio Funeral	**Taxa real**	5,50%	6,00%	7,00%	8,00%
	Taxa nominal (*)	11,31%	11,84%	12,90%	13,95%
	Obrigação de benefício definido	1.707	1.608	1.437	1.296
	Impacto com o cenário principal	145	46	-125	-267
Seguro de Vida	**Taxa real**	5,50%	6,00%	7,00%	8,00%
	Taxa nominal (*)	11,31%	11,84%	12,90%	13,95%
	Obrigação de benefício definido	1.054	1.019	956	899
	Impacto com o cenário principal	51	17	-47	-104
Sensibilidade na taxa de desconto					
PLANO A	**Taxa real**	5,50%	6,00%	7,00%	8,00%
	Taxa nominal (*)	11,31%	11,84%	12,90%	13,95%
	Obrigação de benefício definido	1.047.117	1.002.630	922.905	853.946
	Impacto com o cenário principal	33.241	-11.246	-90.971	-159.930
PLANO B	**Taxa real**	5,50%	6,00%	7,00%	8,00%
	Taxa nominal (*)	11,31%	11,84%	12,90%	13,95%
	Obrigação de benefício definido	50.240	49.462	48.096	47.495
	Impacto com o cenário principal	-5.706	-6.483	-7.849	-8.451
PRE 68	**Taxa real**	5,50%	6,00%	7,00%	8,00%
	Taxa nominal (*)	11,31%	11,84%	12,90%	13,95%
	Obrigação de benefício definido	153.222	148.276	139.184	131.034
	Impacto com o cenário principal	14.727	9.781	689	-7.461
PCAM	**Taxa real**	5,50%	6,00%	7,00%	8,00%
	Taxa nominal (*)	11,31%	11,84%	12,90%	13,95%
	Obrigação de benefício definido	219.163	207.177	186.227	168.603
	Impacto com o cenário principal	29.614	17.628	-3.322	-20.946
Auxílio Funeral	**Taxa real**	5,50%	6,00%	7,00%	8,00%
	Taxa nominal (*)	11,31%	11,84%	12,90%	13,95%
	Obrigação de benefício definido	1.621	1.521	1.351	1.211
	Impacto com o cenário principal	58	-41	-211	-351
Seguro de Vida	**Taxa real**	5,50%	6,00%	7,00%	8,00%
	Taxa nominal (*)	11,31%	11,84%	12,90%	13,95%
	Obrigação de benefício definido	1.105	1.067	999	937
	Impacto com o cenário principal	102	65	-4	-66

(*) Considera inflação.

26. Informações por segmento de negócios

26.1. Demonstrações de resultados por segmentos

Os segmentos de negócios do IRB Brasil RE são identificados de acordo com sua estrutura executiva que leva em consideração os relatórios financeiros internos para desempenho do negócio no pais e no exterior, utilizados pela Administração na condução dos negócios. O lucro líquido é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados.

Em 30 de junho de 2016 e 2015, o IRB Brasil RE tem seus resultados apurados pelas regiões geográficas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30 de junho de 2016**	**30 de junho de 2015**	**30 de junho de 2016**	**30 de junho de 2015**
Prêmios emitidos	**2.173.242**	**1.760.455**	**2.173.242**	**1.760.455**
Prêmio emitido - País	1.665.150	1.430.188	1.665.150	1.430.188
Prêmio emitido - Exterior	508.092	330.267	508.092	330.267
Prêmios ganhos	**2.082.198**	**1.695.243**	**2.082.198**	**1.695.243**
Prêmio ganho - País	1.622.333	1.444.136	1.622.333	1.444.136
Prêmio ganho - Exterior	459.865	251.107	459.865	251.107
Sinistros Ocorridos	**(1.331.453)**	**(919.425)**	**(1.331.453)**	**(919.425)**
Sinistro Ocorrido - País	(995.140)	(795.568)	(995.140)	(795.568)
Sinistro Ocorrido - Exterior	(336.313)	(123.857)	(336.313)	(123.857)
Custo de aquisição	**(57.560)**	**(49.963)**	**(57.560)**	**(49.963)**
Custo de aquisição - País	(29.761)	(34.820)	(29.761)	(34.820)
Custo de aquisição - Exterior	(27.799)	(15.143)	(27.799)	(15.143)
Resultado com Retrocessão	**(363.693)**	**(441.095)**	**(363.693)**	**(441.095)**
Resultado com retrocessão - País	(365.470)	(425.160)	(365.470)	(425.160)
Resultado com retrocessão - Exterior	1.777	(15.935)	1.777	(15.935)
Margem Bruta	**329.492**	**284.760**	**329.492**	**284.760**
Margem Bruta - País	231.962	188.588	231.962	188.588
Margem Bruta - Exterior	97.530	96.172	97.530	96.172
Outras Receitas e Despesas Operacionais	11.634	(31.057)	12.511	(29.718)
Despesas Administrativas	(111.591)	(119.646)	(125.559)	(134.292)
Despesas com Tributos	(78.588)	(46.756)	(78.914)	(46.756)
Resultado Operacional	**150.947**	**87.301**	**137.530**	**73.994**
Resultado Patrimonial	21.695	(1.902)	23.131	(2.156)
Resultado Financeiro	434.321	423.755	435.220	424.443
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	12	16	12	16
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**606.975**	**509.170**	**595.893**	**496.297**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(180.689)	(153.889)	(181.557)	(153.936)
Participação nos lucros	(11.950)	(12.920)	–	–
Lucro Líquido do semestre	**414.336**	**342.361**	**414.336**	**342.361**

A administração da Companhia utiliza, para fins de tomada de decisão, uma aglutinação de contas contábeis diferente da apresentada na demonstração do resultado, a qual foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30 de junho de 2016**	**30 de junho de 2015**	**30 de junho de 2016**	**30 de junho de 2015**
Prêmios de Resseguros País (a)	1.930.479	1.607.411	1.930.479	1.607.411
Prêmios de Resseguros Exterior (a)	594.777	400.486	594.777	400.486
Prêmios Cedidos em Retrocessão (b)	(725.437)	(662.707)	(725.437)	(662.707)
Prêmios Retidos	**1.799.819**	**1.345.190**	**1.799.819**	**1.345.190**
Variações das provisões técnicas (c)	(83.565)	(91.577)	(83.565)	(91.577)
Prêmios ganhos	**1.716.254**	**1.253.613**	**1.716.254**	**1.253.613**
Sinistros Retidos (d)	(1.129.953)	(746.980)	(1.129.953)	(746.980)
Custo de aquisição (e)	(323.023)	(236.064)	(323.023)	(236.064)
Resultado Bruto	**263.278**	**270.569**	**263.278**	**270.569**
Outros resultados Operacionais (f)	22.012	(29.360)	22.889	(28.023)
Despesas Administrativas (g)	(106.721)	(119.646)	(120.689)	(121.372)
Despesas com Tributos (j)	(76.084)	(46.756)	(76.410)	(46.756)
Resultado Financeiro e Patrimonial (h)	531.914	434.362	534.249	434.799
Resultado antes dos impostos	**634.399**	**509.169**	**623.317**	**509.217**
Imposto, Contribuições e Participações nos lucros (i)	(220.063)	(166.808)	(208.981)	(166.856)
Lucro líquido do semestre	**414.336**	**342.361**	**414.336**	**342.361**

Segue abaixo a conciliação entre os saldos apresentados na demonstração do resultado e os saldos para tomada de decisão apresentados acima pela Administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**30 de junho de 2016**	**30 de junho de 2015**	**30 de junho de 2016**	**30 de junho de 2015**
Prêmios emitidos Líquidos	**2.173.242**	**1.760.455**	**2.173.242**	**1.760.455**
Prêmio emitido bruto (a)	2.526.738	2.007.173	2.526.738	2.007.173
Comissão de resseguros (e)	(353.496)	(246.718)	(353.496)	(246.718)
Variação das provisões técnicas	**(91.044)**	**(65.212)**	**(91.044)**	**(65.212)**
Variação das provisões técnicas - Prêmios (c)	(109.512)	(93.264)	(109.512)	(93.264)
Variação das provisões técnicas - Comissão (e)	36.614	15.415	36.614	15.415
Variação das provisões técnicas - Outras Provisões (c)	(18.146)	12.637	(18.146)	12.637
Prêmios ganhos	**2.082.198**	**1.695.243**	**2.082.198**	**1.695.243**
Sinistros Ocorridos (d)	**(1.331.453)**	**(919.425)**	**(1.331.453)**	**(919.425)**
Custo de aquisição (e)	**(57.560)**	**(49.963)**	**(57.560)**	**(49.963)**
Resultado com Retrocessão	**(363.693)**	**(441.095)**	**(363.693)**	**(441.095)**
Recuperação de sinistros ocorridos (d)	234.184	18.639	234.184	18.639
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário (d)	(37.032)	(11.368)	(37.032)	(11.368)
Recuperação de IBNR (d)	59.281	178.204	59.281	178.204
Prêmios Cedidos em Retrocessão (b)	(725.437)	(662.563)	(725.437)	(662.563)
Comissão sobre Prêmios Cedidos em Retrocessão (e)	50.403	58.299	50.403	58.299
Variação das provisões técnicas - Prêmio Cedido (c)	44.093	(10.950)	44.093	(10.950)
Variação das provisões técnicas - Comissão Cedida (e)	437	(13.051)	437	(13.051)
Demais resultados com retrocessão (f)	10.378	1.695	10.378	1.695
Margem Bruta	**329.492**	**284.760**	**329.492**	**284.760**
Outras Receitas e Despesas Operacionais (f)	**11.634**	**(31.057)**	**12.511**	**(29.718)**
Outras receitas e despesas operacionais (f)	11.634	(31.057)	12.511	(29.718)
Despesas Administrativas	**(111.591)**	**(119.646)**	**(125.559)**	**(134.292)**
Participação nos lucros (i)	–	–	(11.950)	(12.920)
Despesas com tributos (j)	(1.355)	–	(1.355)	–
Demais despesas com tributos (i)	(3.512)	–	(3.512)	–
Despesas Administrativas (g)	(106.702)	(119.646)	(108.720)	(121.372)
Demais resultados financeiros (g)	(22)	–	(22)	
Despesas com Tributos (j)	**(78.588)**	**(46.756)**	**(78.914)**	**(46.756)**
Impostos e contribuições - Filiais exterior (i)	(4.904)	–	(4.904)	–
Despesa com tributos (j)	(73.684)	(46.756)	(74.010)	(46.756)
Resultado Operacional	**150.947**	**87.301**	**137.530**	**73.994**
Resultado Patrimonial (h)	**21.695**	**(1.902)**	**23.131**	**(2.156)**
Demais resultados patrimoniais (h)	22.882	(1.902)	24.318	(2.156)
Demais despesas Administrativas (g)	4	–	4	–
Demais despesas comn tributos (j)	(326)	–	(326)	–
Demais impostos e contribuições (i)	(865)	–	(865)	–
Resultado Financeiro	**434.321**	**423.755**	**435.220**	**424.443**
Juros de custo de aquisição (e)	579	(46)	579	(46)
Juros de prêmios cedidos (b)	–	(144)	–	(144)
Juros de prêmios no exterior (a)	103	63	103	63
Juros de prêmios no país (a)	(1.585)	661	(1.585)	661
Juros de sinistros (d)	(54.934)	(13.030)	(54.934)	(13.030)
Resultados financeiros (h)	509.020	436.251	509.919	436.939
Demais Resultados financeiros (i)	(18.143)	–	(18.143)	–
Demais despesas com tributos (j)	(719)	–	(719)	–
Ganhos com ativos não correntes (h)	**12**	**16**	**12**	**16**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**606.975**	**509.170**	**595.893**	**496.297**
Imposto de Renda e Contribuição Social (i)	(180.689)	(153.889)	(181.557)	(153.936)
Participação nos lucros (i)	(11.950)	(12.920)	–	–
Lucro Líquido do semestre	**414.336**	**342.361**	**414.336**	**342.361**

Tarcísio José Massote de Godoy – Presidente
Mario Di Croce – Vice-Presidente Executivo
José Carlos Cardoso – Vice-Presidente de Resseguros
Fernando Passos – Vice-Presidente Financeiro e Relação com investidores
Lúcia Maria da Silva Valle – Vice-Presidente de Riscos e Compliance
Paulo Daniel Araújo da Rocha – Contador - CRC RJ - 095001/O-5
Debora Pereira Tavares – Atuária - MIBA 2011

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas IRB - Brasil Resseguros S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais intermediárias do IRB - Brasil Resseguros S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias do IRB - Brasil Resseguros S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IRB - Brasil Resseguros S.A. e do IRB - Brasil Resseguros S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente às Demonstrações Contábeis do 1º semestre/2016

O IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB Brasil RE) é uma sociedade anônima de capital fechado que se rege pelo seu Estatuto Social e pela legislação vigente que lhe for aplicável e tem por objeto efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

O Comitê de Auditoria do (IRB Brasil RE), é órgão consultivo estatutário, constituído em consonância com a Resolução CNSP 312/2014, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração e tem por finalidade: (i) assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização, principalmente no acompanhamento dos princípios e normas contábeis e das demonstrações financeiras da Empresa; avaliar a efetividade e suficiência do sistema de controles internos e de gestão de riscos; e (ii) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Empresa, além de regulamentos e políticas internas.

É composto por um integrante do Conselho de Administração, o qual não participa da Diretoria Estatutária e três membros independentes, não-vinculados à administração da Companhia.

O presente relatório, emitido em observância ao artigo 17 Resolução CNSP 312/2014, apresenta as atividades desenvolvidas no período de janeiro a junho/2016, relativas ao acompanhamento das ações visando às demonstrações contábeis encerradas em 30.6.2016.

Como resultado dos trabalhos, foram analisadas as demonstrações contábeis encerradas em 30.6.2016.

A análise baseou-se nas informações recebidas nas reuniões com: (i) a Administração; (ii) auditores externos; (iii) auditoria interna; (iv) responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos; (v) gestor da área contábil-orçamentária; e (vi) demais áreas operacionais e administrativas.

As demonstrações contábeis do IRB, incluídas as notas explicativas, foram auditadas pela empresa de auditoria independente externa, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. A Administração do IRB Brasil RE, responsável pela elaboração, apresentação e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, forneceu ao auditor independente todos os dados, documentações, informações e condições necessárias para o efetivo desempenho do objeto da prestação de seus serviços. As demonstrações contábeis encerradas em 30.6.2016 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Código de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Os controles internos e o gerenciamento de riscos têm sido motivo de constante avaliação e acompanhamento por parte deste Comitê, por meio de reuniões periódicas com a Gerência de Compliance; Gerência de Riscos Corporativos; e com a participação da Vice-Presidente de Risco e Compliance. A Administração do IRB Brasil RE continuou atuando no aperfeiçoamento do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos, visando torná-lo efetivo e adequado ao atual porte e complexidade dos negócios.

O Comitê manteve com os auditores externos um canal regular de comunicação para discussão dos resultados da auditoria e de aspectos contábeis relevantes, o que permitiu aos seus membros avaliar a qualidade dos trabalhos realizados e as situações que pudessem afetar a efetividade, a objetividade e a independência da auditoria externa, dando como plenamente satisfatório os trabalhos desenvolvidos.

No semestre em questão e considerada a forma jurídica da Companhia, a Auditoria Interna passou por nova estruturação.

De acordo com as informações prestadas pela auditoria externa, auditoria interna e área contábil, não foi constatado qualquer registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia, que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis.

A Companhia mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de descontinuidade *(run off)* e na Argentina, cujas operações iniciaram-se em 2011. Os saldos dessas sucursais compõem os saldos individuais das demonstrações contábeis do IRB Brasil RE, sendo que os mesmos também foram auditados pela PwC.

A auditoria das Demonstrações Contábeis de 30.6.2016 foi realizada pela PwC com eficiência e independência atendendo, em sua totalidade, os termos do Contrato firmado, tendo emitido o relatório de auditoria, datado de 21.7.2016, sem ressalvas.

Assim sendo, o Comitê entende que as Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE, findas em 30 de junho de 2016, elaboradas de acordo com as normas legais, regulamentares e as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, estão aptas para manifestação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2016.

Nelson Machado – Presidente
Marco Antonio da Silva Barros – Membro
Leonardo Giuberti Mattedi – Membro
Paulo Pereira Ferreira – Membro

Parecer do Conselho de Administração

O **Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A.**, em cumprimento ao disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404/76, e considerando o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e o Resumo do Comitê de Auditoria, se manifestou favoravelmente às Demonstrações Contábeis Individuais do IRB Brasil RE e ao Relatório da Administração, referentes ao primeiro semestre de 2016, observado o disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2016
Ana Paula Vitali Janes Vescovi - Presidente
Marcelo Augusto Dutra Labuto - Conselheiro
Samuel Monteiro dos Santos Júnior - Conselheiro
Alexsandro Broedel Lopes - Conselheiro
Flávio Eduardo Arakaki - Conselheiro

Parecer do Conselho Fiscal

O **CONSELHO FISCAL DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras Semestrais do IRB Brasil RE, findas em 30 de junho de 2016. Com base nesse exame e à luz do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 21 de julho de 2016, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período e reúnem condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2016
Reginaldo José Camilo - Presidente
Ives Cézar Fülber - Conselheiro
Maria Carmozita Bessa Maia - Conselheira